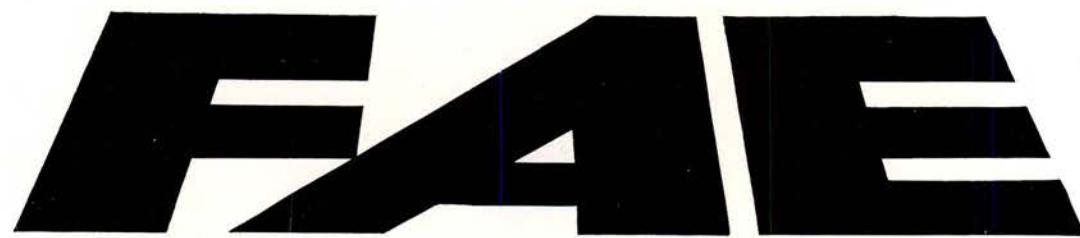


The FAE logo consists of the letters "FAE" in a bold, red, sans-serif font. The letters are slightly slanted to the right. The "F" has a vertical bar on its left side, and the "A" and "E" have horizontal bars across their middle sections.

FAE

The background features a large, stylized graphic element resembling a star or a series of radiating lines. It is composed of numerous black diagonal lines of varying lengths, creating a sense of motion or a burst effect against a light gray background.

Relatório 1987



Relatório 1987

MEC/FAE

Ministro da Educação
HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO

Secretário-Geral
LUIZ BANDEIRA DA ROCHA FILHO

FAE

Presidente
CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA

Diretor-Superintendente
JOSÉ CARLOS DIAS DE FREITAS

Diretor de Apoio Alimentar e Nutricional
PAULO ROBERTO DA COSTA MIRANDA

Diretor de Apoio Didático Pedagógico
AFFONSO EDUARDO CASTILHO DE FIGUEIREDO

Diretoria de Apoio Complementar
DIJALMA DE AMORIM

Diretoria de Planejamento
PAULO DE TARSO BERNARDES DE ASSIS

Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro
RAMÔM VILLAR PAISAL

Conselho Deliberativo
Presidente
LUIZ BANDEIRA DA ROCHA FILHO
Membros
LEDA MARIA CHAVES TÁJRA

Conselho Fiscal
Presidente
WILLIAM ROSSI
Membros
CARLOS MODESTO DE CARVALHO
DINEI MARIA DOS REIS IMBELLONE

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	8
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	30
PROGRAMA DE VENDAS	37
EDITORAÇÃO	39
PROGRAMA NACIONAL DO MATERIAL ESCOLAR	41
PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR	44
PROGRAMA SALAS DE LEITURA	48
PROGRAMA EDURURAL/NORDESTE	50
PROGRAMA MONHANGARA: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	52
PROJETO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA	55
PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1.º E 2.º GRAUS	58
PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2.º GRAU	63
PROGRAMA DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS	65
PRÊMIO FAE DE PESQUISA ESTUDANTIL	67
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	69
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRA – 1987	70



"Os números registram que, depois dos 15 anos, há aproximadamente 20% de analfabetos no nosso país. E que apenas 9,07% concluíram o 1º grau, quando os países industrializados oscilam entre os 70 e 80% de sua população que concluem este 1º grau. Temos diante de nós todo um desafio. Estamos juntos e preparados para procurar, com a melhor boa vontade, minorá-lo, reduzi-lo, minimizá-lo".

Palavras do Ministro Hugo Napoleão ao tomar posse no Ministério da Educação.

APRESENTAÇÃO

Ao término do ano de 1987, cumpre-nos, mais uma vez, prestar contas das atividades desenvolvidas pela Fundação de Assistência ao Estudante, submetendo os resultados obtidos ao conhecimento e à apreciação das autoridades e da sociedade em geral.

Este Relatório pretende, assim, documentar, de forma sintética, todo um trabalho nas áreas pedagógica e de assistência ao escolar e ao pré-escolar, centrado no ganho social.

Registrarmos as dificuldades enfrentadas para cumprir as metas programadas, em decorrência do agravamento do processo inflacionário, com reflexos sobre a execução orçamentário-financeira. Os obstáculos, porém, não nos intimidaram; ao contrário, nos desafiaram para a união e o esforço conjunto, no ímpeto de fazer sempre mais. Assim, apesar dos percalços, a FAE manteve intensa e proveitosa atividade em 1987, particularmente no desenvolvimento de ações inseridas nos Programas de Alimentação Escolar, do Livro Didático, do Material Escolar e da Saúde do Escolar.

Por outro lado, através de programas de treinamento e capacitação de recursos humanos, houve relevante esforço em aprimorar o desempenho profissional do quadro de pessoal desta Fundação e, mediante negociação com as entidades sindical e de servidores, e o apoio das autoridades superiores, procurou-se atender às suas diversas reivindicações, dentro dos limites financeiros e das normas dos órgãos federais envolvidos.

Continuou-se desenvolvendo esforços para que a FAE, dentro das diretrizes governamentais, tenha sempre presente a sua dimensão finalística que é o atendimento eficaz e eficiente ao grande número dos seus usuários, espalhados em cerca de 200.000 escolas, em todos os municípios do País.

Buscou-se fazer que a ação deste órgão seja um permanente instrumento de promoção humana e de evolução social e política.

Para que os resultados apresentados neste Relatório se tornassem possíveis, a FAE contou com o imprescindível apoio das autoridades federais, estaduais e municipais e do dedicado corpo de professores e de pessoal técnico e administrativo das escolas públicas, pelo que lhes expressamos o nosso sensibilizado agradecimento.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, junto com a nossa homenagem, agradecemos seu renovado apoio à política de assistência ao estudante, dentro de sua diretriz governamental de priorizar o social.

Manifestamos, também, o penhor da nossa gratidão às autoridades do Ministério da Educação, nas pessoas do Ministro Hugo Napoleão e do seu antecessor, o ex-Ministro Jorge Bornhausen, pelo decisivo apoio e confiança dispensados à nossa administração.

Testemunhamos nosso reconhecimento aos Diretores, aos ex-Diretores e aos servidores, particularmente àqueles que demonstraram zelo e senso de missão no desempenho de suas responsabilidades, conscientes do seu papel no desenvolvimento dos diversos programas da FAE.

Consignamos, ainda, o nosso agradecimento aos Senhores Membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, bem como aos órgãos de comunicação e à classe empresarial, pelo muito que colaboraram com nossa administração.

Vivemos um momento singular, quando se debatem amplamente os grandes problemas sociais no fórum da Assembléia Nacional Constituinte. O Brasil tem uma dívida muito grande para com o ensino pré-escolar e o ensino básico. A prova disto são a legião de crianças ainda fora da escola e os alarmantes índices de evasão e, principalmente, de repetência registrados, sobretudo, nas séries iniciais.

O povo brasileiro espera que, com firme determinação política e sensibilidade social, os seus representantes vinculem maior soma de recursos para a educação, especialmente para o pré-escolar e ensino básico, de forma a assegurar o acesso e permanência do aluno em uma escola de boa qualidade. Não há dinheiro melhor utilizado do que aquele que se aplica bem em educação e não há um desenvolvimento autêntico sem apoio na efetiva democratização e na melhoria do ensino.

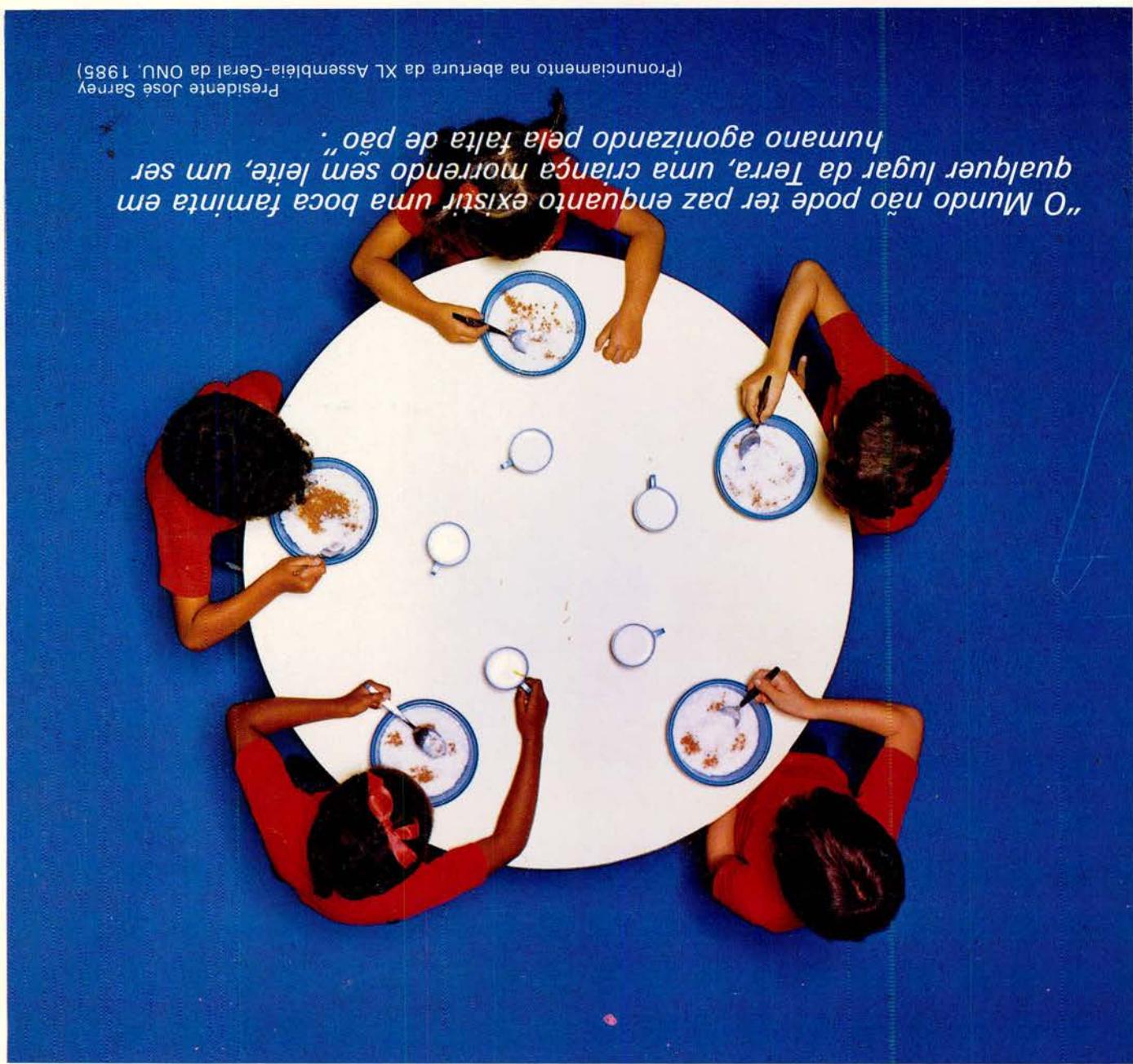
Em 1988, prosseguiremos nossos trabalhos inspirados nas palavras do Presidente José Sarney, gravadas no Programa de Ação Governamental: "a nossa ação está concentrada neste barro do dia-a-dia, do logo, do agora, do já, mas nossos objetivos maiores estão à frente. Eles visam preparar o Brasil para o século XXI".

Mais do que as palavras, falem, por si, os resultados do esforço empreendido pela Fundação de Assistência ao Estudante, em 1987.

*Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Presidente*

(Pronunciamento na abertura da XL Assembleia-Geral da ONU, 1985)
Presidente José Sarney

“O Mundo não pode ter paz enquanto existe uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão.”



PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A política social do governo, para o quadriênio 1986-89, visa remover o paradoxo existente na sociedade brasileira, qual seja a convivência de economia, em muitos aspectos, no limiar da maturidade industrial, com estrutura social obsoleta e injusta, que submete parcela ponderável da população a condições de vida comparáveis às das nações mais pobres do mundo, configurando uma imensa dívida social a ser resgatada pelo País.

Entre as ações sociais prioritárias, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que tem como meta atender a totalidade das crianças matriculadas na rede de ensino oficial de 1º grau e em entidades filantrópicas.

O PNAE, sob a responsabilidade da Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional da FAE, é seguramente, um dos maiores em todo o mundo no gênero, e objetiva, em síntese, proporcionar ao estudante a alimentação adequada às suas necessidades nutricionais, ao longo do período em que permanece na escola, corrigindo eventuais deficiências de sua dieta habitual, prevenindo as doenças causadas por carência alimentar.

A alimentação oferecida representa uma refeição cujo conteúdo nutricional deve possibilitar a cobertura de, no mínimo, 15% das necessidades calóricas e protéicas.

A distribuição da merenda vem sendo estendida ao período das férias escolares podendo, assim, em função da capacidade gerencial dos sistemas de ensino, ser operacionalizada em até todos os dias úteis do ano. Além disso, foram também atendidos os irmãos dos escolares, entre 04 e 06 anos.

Pesquisa sobre o ensino público de 1º grau, realizada em 1985 por técnicos do IPEA, conclui que "a merenda escolar é hoje um dos mais fortes atrativos para a permanência da criança na escola, constituindo-se em um fator positivo e poderoso para melhorar o nível de aprendizagem". O PNAE contribui, assim, efetivamente, para redução dos índices de evasão, repetência e absenteísmo escolar.

O elenco de produtos que integram a pauta alimentar do PNAE é definido com base nos seguintes critérios: valor nutricional; análises físico-químicas; microbiológicas e microscópicas; custo/benefício; perecibilidade e disponibilidade de mercado.

Em 1987, em decorrência do processo inflacionário, os custos per capita médios, definidos com base na ponderação dos produtos básicos e formulados na composição dos cardápios, evoluíram conforme valores a seguir:

- 1ª aquisição: Cz\$ 1,08
- 2ª aquisição: Cz\$ 2,02
- 3ª aquisição: Cz\$ 5,55

4.^a aquisição: Cz\$ 6,83

O estabelecimento de prioridade, em favor da aquisição de gêneros alimentícios, aliado à limitação dos recursos orçamentários, reduziu significativamente as atividades de atendimento a projetos de aquisição de material de cantina, capacitação de recursos humanos e supervisão técnica, o que se lamenta, em face da importância dos mesmos.

Por outro lado, a paralização das atividades do magistério em várias unidades da federação, ocasionou apreciável redução no total dos gêneros alimentícios adquiridos e distribuídos, conforme se demonstra no Quadro II que registra a aplicação global de Cz\$ 12,156

bilhões, para aquisição de 194.661 toneladas de gêneros.

É oportuno esclarecer que o número registrado de beneficiados corresponde à matrícula ou cadastro inicial de alunos e irmãozinhos, não devendo, assim, ser confundido com a média efetiva de atendimento anual, de valor inferior àquele, em decorrência da evasão escolar, do absenteísmo e de eventuais paralisações das atividades escolares.

A propósito, as taxas anuais de evasão para o Brasil, segundo a série, em porcentagem da matrícula, de acordo com estudo dos Professores Philip Fletcher e Sérgio Costa Ribeiro, variam na forma a seguir:

QUADRO I

**TAXAS ANUAIS DE EVASÃO PARA O BRASIL E ALGUNS GRUPOS DA POPULAÇÃO, SEGUNDO A SÉRIE
(Em Porcentagem da Matrícula)**

Série	Brasil	Sudeste Urbano de Renda Alta	Centro-Oeste Urbano de Renda Baixa	Nordeste Rural de Renda Baixa
1. ^a	2,0	0,8	4,8	5,8
2. ^a	4,3	1,7	12,2	13,6
3. ^a	7,1	2,7	28,9	17,8
4. ^a	18,4	10,9	45,4	30,4
5. ^a	8,7	6,6	20,2	19,8
6. ^a	9,3	7,2	16,8	19,5
7. ^a	10,7	9,5	31,7	21,7

Fonte: Modelo PROFLUXO, aplicado aos dados da PNAD-82.

QUADRO II

RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E NÚMERO DE BENEFICIADOS, POR REGIÃO E UNIDADE FEDERADA

Tipo de Despesa	Região e UF	Recursos Aplicados (Cz\$ 1.000)	Percentual de Aplicação	Físico	
				Gêneros Adquiridos (t)	Clientela beneficiada
Gêneros Alimentícios adquiridos para os PEAE'S	Norte	964.603	7,93%	15.652	2.104.622
	RO	153.210		2.237	245.125
	AC	85.449		1.429	148.383
	AM	286.163		3.716	517.242
	RR	28.885		533	48.315
	PA	347.999		6.492	1.057.052
	AP	62.897		1.245	88.505
	Nordeste	5.299.967	43,61%	86.927	13.275.090
	MA	901.723		15.434	1.474.337
	PI	369.232		8.336	817.716
	CE	830.734		13.545	2.789.875
	RN	277.985		3.904	597.093
	PB	430.143		6.555	1.053.415
	PE	651.477		11.885	2.499.627
	AL	347.449		5.388	693.588
	SE	261.086		4.171	467.109
	BA	1.230.138		17.709	2.882.330
	Sudeste	2.273.335	18,70%	37.947	6.402.313
	MG	1.419.411		26.141	4.158.873
	ES	270.162		3.698	684.828
	RJ	254.763		2.999	444.104
	SP	328.999		5.109	1.114.508
	Sul	1.599.970	13,16%	31.756	5.070.803
	PR	621.559		13.422	2.084.381
	SC	344.244		7.215	1.038.823
	RS	634.167		11.119	1.947.599
	Centro-Oeste	1.002.887	8,25	22.379	3.172.838
	MS	161.083		4.254	597.468
	MT	242.998		5.131	633.867
	GO	488.823		10.931	1.551.601
Idem, para os Programas Especiais	DF	109.983		2.063	389.902
	(*)	117.022	0,96%	—	—
Sub-Total		11.257.784	92,61%	194.661	30.025.666
Idem, através dos Convênios de Municipalização		898.329	7,39%	—	2.455.596
Total Geral		12.156.113	100%	194.661	32.481.262

Fonte: DAAN

(**) Atendimento a Entidades tais como: FUNAI, FUNABEM, RONDON, INACEN, ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS, CNEC, ESCOLAS AGROTÉCNICAS, CRISTO REDENTOR, FEDF, ALDEIAS SOS, LAR FABIANO DE CRISTO e outras.



"No município está o sal e o sangue da democracia"

Jose Marti

QUADRO III

RECURSOS APLICADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 1987

NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1.000)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
• Gêneros Alimentícios (PEAE'S e Programas Especiais)	11.257.784	90,89%
• Municipalização	898.329	7,25%
• Construção e Reforma de Armazéns	45.896	0,37%
• Controle de Qualidade	67.972	0,55%
• Material de Cantina	7.625	0,06%
• Capacitação de Recursos Humanos	345	–
• Custos Operacionais (transporte, armazenagem, etc)	108.687	0,88%
TOTAL	12.386.638	100,00%

FONTE: DAAN

Municipalização da Merenda Escolar

Em 1987, a FAE deu prosseguimento à descentralização da merenda escolar, a nível municipal, como forma de agilizar o processo e de certificar-se de que a alimentação escolar atenda, diariamente, em termos qualitativo e quantitativo, aos estudantes de 1º grau da rede oficial de ensino.

A avaliação procedida, mostrou

que a municipalização oportuniza a integração da merenda escolar ao processo produtivo, estimulando hábitos e atitudes positivas nos alunos, permitindo-lhes a valorização e identificação dos alimentos e sua importância para seu desenvolvimento global; possibilita, outrossim, a utilização de produtos alimentares regionais, respeitando os hábitos da população e estimulando uma maior aceitabilidade dos gêneros de consumo tradicional; fortalece a economia regional, apoiando pequenos e médios produtores, cooperativas e indústrias de

pequeno e médio portes.

Além dos benefícios prestados às populações carentes, a municipalização da merenda tem desempenhado uma importante função transformadora, ao ampliar a dimensão política das Prefeituras que, à medida que instalam e operacionalizam o projeto, passam a intervir na economia local, descendo mais fundo nas carências sociais, um problema da comunidade que reclama soluções mais próximas da população.

A estrutura que a Prefeitura deve criar para isso é simplesmente instalar e fazer operar um departamento de desenvolvimento rural com o objetivo de fazer a comunidade participar da produção de alimentos, de forma concreta. Motivados pelo Programa, Prefeituras e comunidades têm feito brotar novas fontes de alimentação e saúde, reintegrando na sociedade segmentos da população marginalizados pela fome.

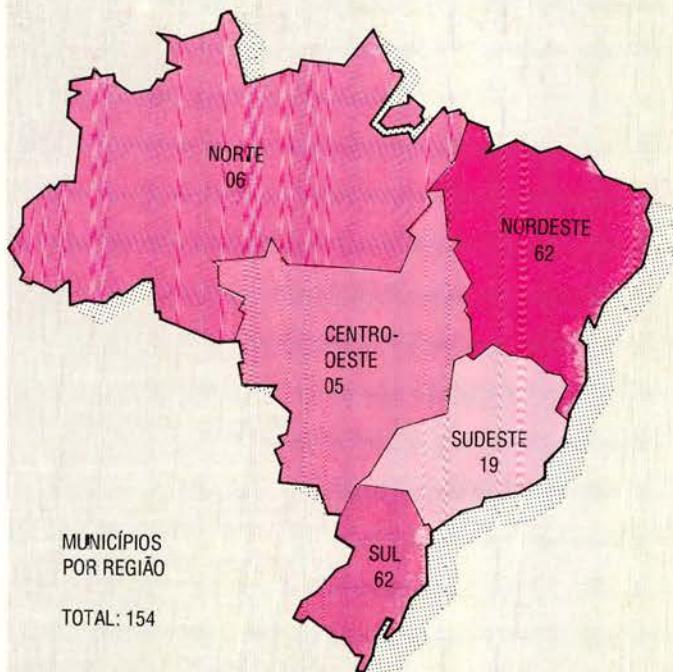
Em 1987, foram firmados 72 novos convênios e aditados, em sua vigência, os 82 convênios firmados em 1986. A FAE repassou recursos financeiros para aquisição de gêneros alimentícios bem como para apoio ao transporte e distribuição da merenda escolar.

Ainda em 1987, foram rescindidos os convênios firmados com as Prefeituras de Humaitá (AM), em decorrência de sindicância, e os de Cubati (PB) e Nova Palmeira (PB), por solicitação dos conveniados.

Ressalte-se que a FAE tem trabalhado com cautela, selecionando criteriosamente, os municípios com efetivas condições de gerenciamento e operacionalização do Programa.

Prevê-se, para 1988, a celebração de novos convênios, de forma a fortalecer o processo e ampliar os seus benefícios.

MUNICIPALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE –



Aquisição de alimentos

Para os produtos básicos, as aquisições são efetuadas através de Comissão Mista FAE/SAB (em Brasília) ou FAE/COBAL (nos demais Estados), além da Coordenação do Programa Estadual de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Estado, contando ainda com a participação das Secretarias de Indústria e Comércio e Secretarias de Agricultura, no que se refere à divulgação e incentivo às indústrias e empresas locais. Preferencialmente, tais produtos devem ser produzidos e/ou comercializados no Estado ou na Região onde são adquiridos pela FAE, obtendo-se, assim, uma redução no seu custo final e possibilitando a adequação regional do cardápio às necessidades do Programa.

Para os produtos Formulados/Desidratados, face às características que envolvem esse grupo de alimentos, por sua formulação específica, quase que exclusivamente utilizados na alimentação escolar e, pela localização dos fornecedores na Região Centro-Sul do País, as aquisições são efetuadas diretamente pela FAE, por processo de Concorrência Pública, utilizando-se a modalidade de Ata de Registro de Preços.

Procedimentos para execução das aquisições

A pauta de gêneros é elaborada a partir de proposta da Secretaria de Educação do Estado, apresentada pela Coordenação do Programa Estadual de Alimentação Escolar – PEAE, no que se refere à regionalização e aceitabilidade do cardápio, número de alunos, dias de atendimento e infra-estrutura para operacionalização da merenda.

A partir da pauta proposta à FAE, a Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional analisa os valores nutricionais, custos, disponibilidade dos produtos no mercado e disponibilidade orçamentária, aprovando a pauta final para aquisição.

Com a pauta aprovada, a DAAN inicia o processo de aquisição dos produtos, quer seja centralizada ou descentralizada, conforme exposto anteriormente.

Após a efetivação da aquisição, faz-se o acompanhamento das entregas dos gêneros na Unidade Federada, até a liberação do produto pelo Controle de Qualidade, iniciando-se, então, o processo de distribuição aos municípios e escolas para o consumo.

QUADRO IV
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
COMPRA DE PRODUTOS BÁSICOS/PREÇOS E VARIAÇÕES

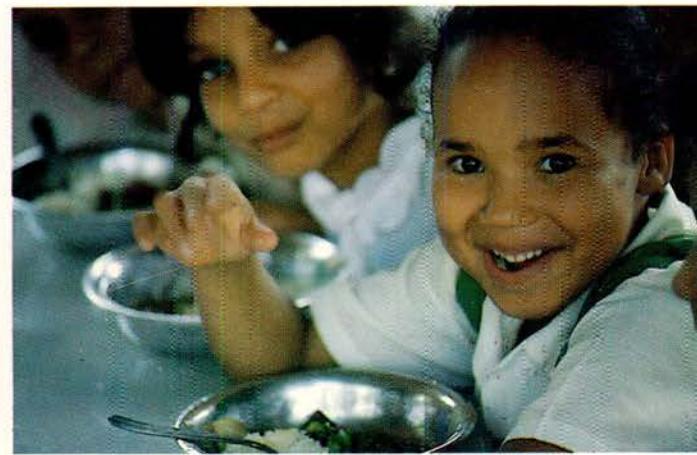
PRODUTOS	AQUISIÇÕES (PREÇO POR QUILO)				Cz\$ 1,00 VARIAÇÃO % NO PERÍODO
	1.º TRIMESTRE	2.º TRIMESTRE	3.º TRIMESTRE	4.º TRIMESTRE	
1 – AÇÚCAR	5,07	7,15	17,06	23,91	372
2 – ARROZ	5,72	6,67	16,11	30,09	426
3 – FEIJÃO	9,59	13,23	30,97	47,43	395
4 – MACARRÃO	5,53	7,56	23,05	28,71	419
5 – ÓLEO	7,55	11,06	27,38	57,85	666
6 – BISCOITO DOCE	10,36	15,02	36,34	49,23	375
7 – BISCOITO SALGADO	10,70	16,98	38,65	50,00	367
8 – FARINHA DE MANDIOCA	3,58	5,01	12,45	31,33	775
9 – PÃO	10,38	11,40	35,02	55,78	437
10 – SAL	2,02	4,03	9,56	12,96	542

Fonte: DAAN

QUADRO V
DEMONSTRATIVO FÍSICO/FINANCEIRO
PRODUTOS BÁSICOS – FORMULADOS/DESIDRATADOS
1.^a a 4.^a Aquisição/87

UF	BÁSICO		FORMULADO		TOTAL	
	kg	Cz\$	kg	Cz\$	kg	Cz\$
AC	1.002.505	35.387.530,35	426.363	50.061.709,35	1.428.868	85.449.239,70
AL	3.400.536	141.351.916,39	1.986.288	206.096.724,29	5.386.824	347.448.640,68
AM	1.749.975	73.406.449,69	1.965.884	212.756.559,47	3.715.859	286.163.009,16
AP	900.117	26.516.293,11	344.985	36.380.331,10	1.245.102	62.896.624,21
BA	9.790.086	397.954.001,22	7.919.115	832.183.747,38	17.709.201	1.230.137.748,60
CE	9.773.942	341.655.535,52	3.811.117	489.078.985,73	13.545.059	830.734.521,25
DF	1.598.385	61.212.278,63	464.212	48.770.632,72	2.062.597	109.982.911,35
ES	2.257.905	86.190.701,39	1.440.180	183.971.278,95	3.698.085	270.161.980,34
GO	9.393.093	328.372.480,83	1.537.550	160.450.943,97	10.930.643	488.823.424,80
MA	10.982.746	344.591.788,45	4.451.667	557.130.877,21	15.434.413	901.722.665,66
MG	19.331.335	731.065.080,15	6.809.991	688.346.252,25	26.141.326	1.419.411.332,40
MS	3.557.254	86.671.677,90	697.002	74.410.843,88	4.254.256	161.082.521,78
MT	4.014.190	126.318.988,14	1.116.967	116.678.735,08	5.131.157	242.997.723,22
PA	4.429.711	144.534.967,86	2.062.117	203.463.780,37	6.491.828	347.998.748,23
PB	3.539.798	106.250.887,00	3.014.917	323.892.133,50	6.554.715	430.143.020,50
PE	8.851.635	309.378.534,36	3.033.362	342.098.740,58	11.884.997	651.477.274,94
PI	6.443.776	150.112.407,44	1.892.702	219.119.220,63	8.336.478	369.231.628,07
PR	12.034.576	424.860.745,75	1.387.200	196.698.336,60	13.421.776	621.559.082,35
RJ	867.477	22.234.085,04	2.131.776	232.529.012,20	2.999.253	254.763.097,24
RN	2.364.043	104.928.705,35	1.540.195	173.056.919,06	3.904.238	277.985.624,41
RO	1.284.192	59.781.937,11	952.673	93.427.816,72	2.236.865	153.209.753,83
RR	458.342	13.582.509,38	74.929	15.302.570,04	533.271	28.885.079,42
RS	7.785.633	207.340.675,03	3.333.553	426.825.928,49	11.119.186	634.166.603,52
SC	5.849.525	185.671.018,93	1.365.786	158.573.693,88	7.215.311	344.244.712,81
SP	1.685.908	37.049.254,75	3.422.288	291.949.090,44	5.108.196	328.998.345,19
SE	2.986.882	136.186.140,58	1.184.535	124.900.170,34	4.171.417	261.086.310,92
TOTAL	136.293.567	4.682.606.590,35	58.367.354	6.458.155.034,23	194.660.921	11.140.761.624,58

FONTE: DAAN.



O Controle de Qualidade é de fundamental importância para o Programa, uma vez que todo o produto adquirido pela FAE, quando do recebimento, deverá atender aos padrões por ela estabelecidos.

A partir da entrega dos gêneros nos armazéns centrais, inicia-se o acompanhamento da distribuição dos mesmos nos Setores Regionais e/ou municípios, em conjunto com a Coordenação do Programa nos Estados. A responsabilidade final pelo abastecimento às escolas da rede estadual, municipal, rural e filantrópica é das Secretarias Estaduais de Educação e das Prefeituras Municipais, através do Serviço Municipal de Alimentação Escolar – SEMAE.

Em 1987, houve dificuldades no processo de aquisições, decorrentes das flutuações da economia e da desestabilização do mercado interno ocasionada pelo acelerado aumento do consumo, sem elevação correspondente da capacidade de produção interna. Aliado a este problema, constatou-se a falta de oferta no mercado de gêneros alimentícios quando das aquisições, em virtude do rigoroso cumprimento à tabela expedida pela SUNAB.

Em vista disto, a FAE foi obrigada a desencadear novas aquisições, em complementação às já iniciadas, dificultando o cumprimento global dos objetivos do Programa.

Controle de qualidade

No ano de 1987, as atividades de Controle de Qualidade concentraram-se basicamente, no acompanhamento dos serviços prestados pelas Instituições conveniadas através de:

- Supervisões e inspeções técnicas nas Unidades Base nos Estados;
- Cursos de treinamento e reciclagem na área de coleta, inspeção e embalagem de alimentos;
- Pesquisas e consultas para avaliação e pareceres para inclusão de novos produtos na pauta da alimentação escolar;
- Normatização do sistema de prestação de contas, de modo a tornar estas atividades mais dinâmicas, a partir de 1988;
- Revisão do Manual Técnico-Administrativo-Operacional de Controle de Qualidade e Manual de Métodos Analíticos, a ser implementado no ano de 1988.

Em 1987, registrou-se uma melhoria das qualidades higiênico-sanitárias dos alimentos. A participação dos grãos (arroz e feijão) ficou acima de 50% do total de produtos que apresentaram problemas de qualidade no decorrer do ano de 1987, apontando principalmente, a presença de insetos vivos.

Por outro lado, totalizando 20%

dos gêneros condenados, ficou a somatória dos produtos macarrão e farinha de mandioca, os quais apresentaram maior incidência no tocante aos parâmetros microbiológicos.

Cabe ressaltar que o volume físico dos produtos acima referidos tem grande significado no total dos gêneros adquiridos no ano de 1987.

Analizando os parâmetros em desacordo com as especificações estabelecidas em nossos manuais, constatou-se os seguintes níveis de defeitos:

- Microbiológicos 47%
- Microscópicos 16%
- Físico-Químicos 37%

Para os demais produtos, os níveis de recusa permaneceram constantes, sem apresentarem variações significativas, o que confirma que em 1987, houve uma acentuada elevação da qualidade dos gêneros avaliados pelo Sistema de Controle de Qualidade da FAE e adquiridos para o PNAE.

Para custear os serviços de Controle de Qualidade, foram aplicados recursos da ordem de Cz\$ 60.800.000,00 (sessenta milhões e oitocentos mil cruzados), o que possibilitou a emissão de 5.491 laudos técnicos, que representam em média, a realização de 44.000 determinações analíticas. Tendo-se em conta que foram aplicados na aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE, no ano findo, recursos da ordem de Cz\$ 11,2 bilhões (excluídos os repassados para os municípios), conclui-se que a

aplicação em Controle de Qualidade atingiu ao percentual de 0,55%, satisfazendo plenamente a relação custo/benefício.

Com esse procedimento, além de assegurar um alto padrão de qualidade aos gêneros adquiridos e distribuídos pelo PNAE, alcançou-se um nível bastante aceitável na performance técnica dos órgãos conveniados, em obediência ao lema de "prever para prover".

Armazenagem para estocagem de alimentos

Esta atividade de apoio intermediário aos segmentos de aquisição e distribuição de alimentos destinados ao PNAE, é desenvolvida pela FAE/DAAN sob duas formas de atuação distintas:

- Serviços de Armazenagem prestados pelas Companhias de Armazéns Gerais que participam do Programa, mediante contratos de prestação de serviços, diretamente ou através da COBAL, a nível de Armazéns Centrais e Regionais.
- Construção, reforma e/ou ampliação de armazéns, através de convênios, objetivando a transferência de recursos financeiros pela FAE às Secretarias Estaduais de Educação, ou às Prefeituras Municipais, como forma de contribuir para a adequação da rede de armazéns utilizada no PNAE, diminuindo consequentemente o custo operacional decorrente de despesas com aluguel de Unidades Armazenadoras e serviços de armazenagem.

Em 1987, foram realizadas supervisões técnico-operacionais nas Unidades Federadas, tendo-se detectado alguns estrangulamentos, resultantes de descuidos ou deficiências das Companhias contratadas, tais como: infestação de insetos e roedores nos armazéns, falta de insumos e equipamentos adequados para controle de pragas, falta de pessoal operacional, precária manutenção das Unidades, inobservância das boas técnicas de armazenagem, entre outros.

Visando corrigir as distorções apontadas e prevenir eventuais perdas de gêneros alimentícios, a FAE solicitou urgentes providências corretivas às contratadas onde ocorreram problemas. Estas providências foram extensivas aos armazéns administrados pelas Secretarias Estaduais de Educação.

A contribuição prestada pela FAE às Secretarias de Educação, na área de armazenagem, tem sido de fundamental importância para o processo de aquisição e distribuição dos alimentos. Desta forma a FAE se restringiu apenas ao pagamento de serviços de armazenagem, uma vez que foi também viabilizado treinamento de técnicos de armazenamento a nível do Sistema de Controle de Qualidade credenciado pela FAE para atendimento ao PNAE.

Financeiramente, o custo operacional com armazenamento de alimentos teve uma incidência média de 0,53% (zero, cinqüenta e três por cento) sobre o preço dos alimentos,

representando um desembolso pela FAE no valor de Cz\$ 58.520.256,46 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte mil, duzentos e cinqüenta e seis cruzados e quarenta e seis centavos).

Por motivos de ordem operacional e de segurança do programa, a maioria dos alimentos adquiridos que podem ser estocados em ambiente natural, são recebidos na rede de armazéns coletores utilizados com a finalidade de aguardar o Controle de Qualidade e a efetiva distribuição aos Municípios e/ou escolas. Exceção é feita quando são adquiridos gêneros perecíveis (leite pasteurizado, ovos, frango, peixe, etc ...) que exigem armazenagem frigorificada. Neste caso, adota-se a condição de compra com entrega diretamente às escolas, mediante cronograma previamente estabelecido pela Coordenação do PEAE, e que faz parte integrante do Pedido de Compra.

A infra-estrutura armazenadora utilizada no PNAE, como segmento de apoio do processo de aquisição e distribuição de alimentos, compõe-se de armazéns localizados nas Capitais e Núcleos Regionais, totalizando cerca de 285 Unidades Armazenadoras. Parte desses armazéns (34%) são administrados pela CIBRAZEM e Companhias de Armazéns Gerais, através de contratos de prestação de serviços firmados com a FAE, nos quais as referidas empresas figuram como fiéis depositárias das mercadorias recebidas, respondendo pela guarda e conservação dos alimentos.

Os armazéns restantes são administrados através das Secretarias Estaduais de Educação (Central e/ou Regionais) e pelas Prefeituras Municipais (Regionais e/ou Municipais).

A FAE, através da DAAN, visando contribuir para adequação e ampliação da rede armazenadora do PNAE, com a consequente redução de custos e do nível de perda de gêneros alimentícios, celebrou 49 Convênios de Transferência de Recursos às Secretarias de Educação e Prefeituras Municipais, contemplando recursos financeiros da ordem de Cz\$ 125.675.512,00 (cento e vinte e cinco milhões seiscentos e setenta

e cinco mil, quinhentos e doze cruzados), propiciando a construção e reforma de 60 (sessenta) novos armazéns concluídos ou com as obras em andamento, sendo: 09 armazéns centrais, 29 armazéns regionais e 22 armazéns municipais.

Orçamento PNAE – 1988

Para o exercício de 1988, o Orçamento FAE aprovado pelo Congresso Nacional, destina recursos no valor global de Cz\$ 23,187 bilhões para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

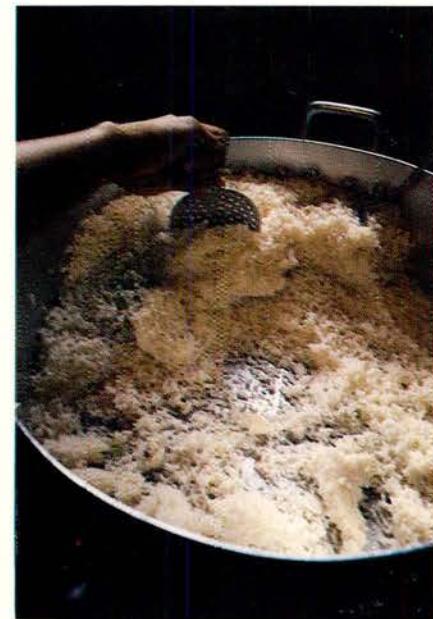
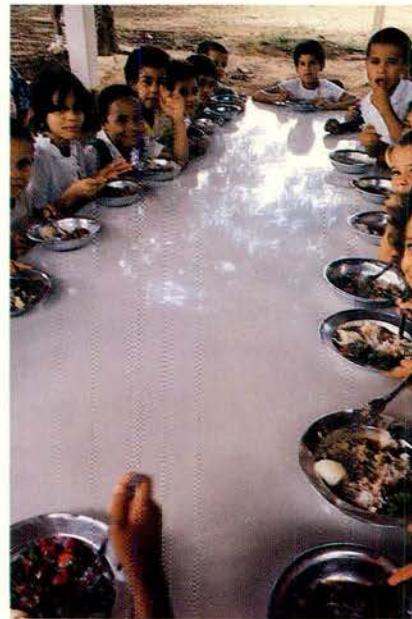
QUADRO VI
CONVÊNIOS PARA CONSTRUÇÃO
DE ARMAZÉNS DESTINADOS AO PNAE

Nº DE ORDEM	UF	EXECUTOR	VALOR	ÁREA CONSTRUÍDA	ESTÁGIO DAS OBRAS
01	AL	Secretaria de Educação (Armazém de Maceió)	1.097.200,00	1.150	Concluída
02	BA	Prefeitura Municipal de Caitité	88.628,00	200	Concluída
03	CE	Secretaria de Educação (Armazém de Fortaleza)	957.338,00	740	Concluída
04	MA	Prefeitura Municipal de Caxias	752.865,00	300	Concluída
05	MA	Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba	284.100,00	150	80% Executada
06	MA	Prefeitura Municipal de Paço do Lumiári	284.100,00	150	80% Executada
07	MA	Prefeitura Municipal de Timbiras	284.100,00	150	80% Executada
08	MA	Prefeitura Municipal de Dom Pedro	284.100,00	150	Concluída
09	MA	Prefeitura Municipal de Governor Eugênio Barros	284.100,00	150	50% Executada
10	MA	Prefeitura Municipal de Cantanhedo	284.100,00	150	50% Executada
11	MA	Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes	378.800,00	200	90% Executada
12	MA	Prefeitura Municipal de Imperatriz	7.750.000,00	520	80% Executada
13	MA	Prefeitura Municipal de Presidente Dutra	568.200,00	300	50% Executada
14	MA	Prefeitura Municipal de Coroatá	12.716.078,00	2.880	90% Executada
15	PB	Secretaria de Educação (Armazéns de João Pessoa, Itaporanga e Catolé do Rocha)	2.960.100,00	2.560	60% Executada
16	PB	Prefeitura Municipal de João Pessoa	115.500,00	150	Concluída
17	PB	Prefeitura Municipal de Campina Grande	458.348,00	241	80% Executada
18	PB	Prefeitura Municipal de Guarabira	1.923.618,00	481	80% Executada
19	PB	Prefeitura Municipal de Patos	631.838,00	200	50% Executada
20	PE	Secretaria de Educação (Armazéns de Salgueiro e Limoeiro)	1.131.024,00	1.500	Não iniciada
21	PE	Prefeitura Municipal de Araripina	378.800,00	200	60% Executada
22	PE	Prefeitura Municipal de Barreiros	378.800,00	200	Não iniciada

Nº DE ORDEM	UF	EXECUTOR	VALOR	ÁREA CONSTRUÍDA	ESTÁGIO DAS OBRAS
23	PE	Prefeitura Municipal de Petrolina	1.547.000,00	500	40% Executada
24	PE	Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira	378.800,00	290	Concluída
25	PE	Prefeitura Municipal de Arcoverde	378.800,00	200	Não iniciada
26	PE	Prefeitura Municipal de Garanhuns	717.977,00	200	60% Executada
27	PE	Prefeitura Municipal do Igarassu	642.411,00	150	60% Executada
28	PI	Secretaria de Educação (Armazém de Teresina)	4.735.000,00	2.500	85% Executada
29	PI	Prefeitura Municipal de Oeiras	530.320,00	280	90% Executada
30	PI	Prefeitura Municipal de Barras	512.220,00	200	Concluída
31	PI	Prefeitura Municipal de Altos	430.800,00	150	90% Executada
32	PI	Prefeitura Municipal de Luiz Correia	435.819,00	200	Concluída
33	PI	Prefeitura Municipal de Cocal	568.200,00	300	70% Executada
34	PI	Prefeitura Municipal de União	900.000,00	200	70% Executada
35	RN	Secretaria de Educação (Armazém de Natal)	1.104.000,00	1.165	70% Executada
36	RN	Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas	148.000,00	100	Concluída
37	SE	Secretaria de Educação (Armazéns de Estância, Propriá, Japaratuba e N.ª S.ª das Dores)	1.262.680,00	911	Concluída
38	AP	Secretaria de Educação (Armazém de Macapá)	393.730,00	110	Não iniciada
39	PA	Secretaria de Educação (Armazém de Belém)	1.541.422,50	2.000	Concluída
40	RO	Secretaria de Educação (Armazéns de Porto Velho, Ji-Paraná e Pimenta Bueno)	892.500,00	900	40% Executada
41	DF	Fundação Educacional do Distrito Federal	1.173.000,00	1.225	Concluída
42	GO	Secretaria de Educação (Armazém de Goiânia)	28.110.135,00	3.600	20% Executada
43	MS	Prefeitura Municipal de Campo Grande	17.839.575,00	1.150	Concluída
44	MS	Prefeitura Municipal de Dourados	14.500.000,00	1.029	Não iniciada

Nº DE ORDEM	UF	EXECUTOR	VALOR	ÁREA CONSTRUÍDA	ESTÁGIO DAS OBRAS
45	ES	Secretaria de Educação (Armazém de Vitória)	2.619.530,00	1.995	Não iniciada
46	PR	Secretaria de Educação (Armazém de Toledo)	6.615.000,00	2.400	80% Executada
47	SC	Secretaria de Educação (Armazéns de Lajes, Rio do Sul e Laguna)	3.000.000,00	1.626	60% Executada
48	SC	Prefeitura Municipal de Maravilha	624.955,00	300	Concluída
49	SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis	73.800,00	140	60% Executada
TOTAL	-	-	125.667.411,50	-	-

Fonte: DAAN



QUADRO VII ARMAZENAGEM

CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS PARA ESTOCAGEM DE ALIMENTOS

TIPO	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	CAPACIDADE (t)	CUSTO (Cz\$ 1,00)
Central	09	16.317	18.940	60.461.692
Regional	29	16.171	19.220	54.969.691
Municipal	22	4.644	4.650	10.236.128
TOTAL	60	37.132	42.810	125.667.411

FONTE: DAAN

QUADRO VIII CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ARMAZÉNS

UF	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	CAPACIDADE (t)
18	60	37.132	42.810

FONTE: DAAN

Realização de eventos

A FAE/DAAN promoveu, em 1987, diversos Encontros com Prefeituras Municipais, Representantes da FAE, Coordenadores dos PEAE's, Delegados do MEC e Representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, objetivando troca de experiências, repasse de informações, coordenação de atividades e recebimento de sugestões para aperfeiçoamento das ações do PNAE, conforme se demonstra no Quadro IX.

Avaliação do PNAE:

Em 1987, o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro assessorou ao Projeto RONDON no acompanhamento do Programa de Municipalização da Merenda Escolar. Entre as ações desenvolvidas destacam-se:

- elaboração do Plano de Acompanhamento do PNAE;
- discussão com a DAAN e Projeto RONDON, da proposta de avaliação do PNAE nas Unidades Federadas e elaboração do Plano de sua execução;
- elaboração dos instrumentos (04) para coleta de dados sobre o Programa em 151 municípios e 17 Unidades Federadas;
- planejamento e execução de treinamento das equipes centrais do Projeto RONDON para aplicação dos questionários;

QUADRO IX

NATUREZA DO EVENTO	LOCAL	PERÍODO	PARTICIPANTES	
			MUNICÍPIOS	UNIDADE FEDERADA
Encontro de Participantes do Prog. de Municipalização da Aliment. Escolar (PMAE)	João Pessoa	16 e 17.03	35	PB, AL, PE, RN, CE
IDEML	Imperatriz	19 e 20.03	27	MA, PI, AM, PA
IDEML	Passo Fundo	30 e 31.03	23	RS
Encontro Regional de Coordenadores do PEAE	Manaus	23 e 24.03		AM, AC, AP, GO, MT, PA, RO e RR
IDEML	Fortaleza	07 e 08.05		AL, BA, CE, FN, MA, PI, PB, PE, RN e SE
IDEML	Vitória	14 e 15.05		ES, MG, MS, PR, RJ, RS, SP, SC e DF
Reunião Nacional de Coordenadores dos PEAE'S	Belo Horizonte	04 e 05.11		AM, PA, AC, AP, RR, RO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, RJ, SP, GO, MT, MS, PR, SC, RS e DF

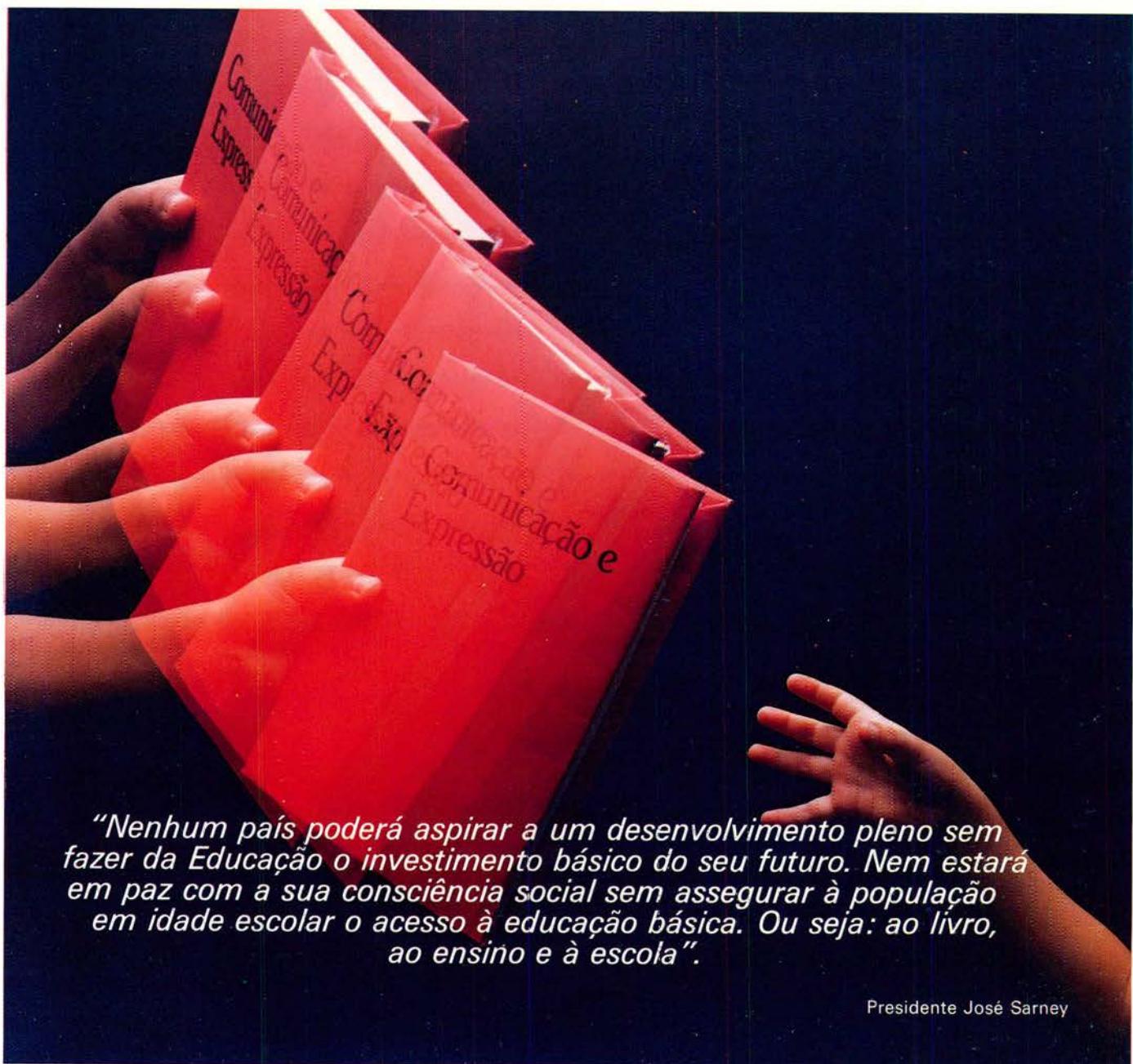
FONTE: DAAN

- capacitação de técnicos das Coordenadorias Estaduais do Projeto RONDON da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, para coleta e análise de dados obtidos nos municípios;
- assessoria ao Projeto RONDON no acompanhamento ao Programa Municipalizado de Alimentação Escolar;
- participação em seminários de avaliação dos trabalhos realizados pelas Coordenadorias Estaduais de Mato Grosso e Maranhão.

Por outro lado, por solicitação da Coordenadoria Estadual do PEAE/MG,

a equipe técnica do IRHJP, vem prestando assessoria ao Projeto de Capacitação de Recursos Humanos para o PEAE/MG – Curso de Treinamento à Distância para Supervisores tendo participado de:

- planejamento e desenvolvimento de atividades de treinamento, encontros pedagógicos regionais e reuniões a nível central;
- definição de conteúdos curriculares e programas a serem desenvolvidos;
- elaboração de documentos ou instrumentos de avaliação do curso.



"Nenhum país poderá aspirar a um desenvolvimento pleno sem fazer da Educação o investimento básico do seu futuro. Nem estará em paz com a sua consciência social sem assegurar à população em idade escolar o acesso à educação básica. Ou seja: ao livro, ao ensino e à escola".

Presidente José Sarney

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, criado pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, possibilitou a distribuição, nos anos letivos de 1986 e 1987, de um total de 98 milhões de livros didáticos, dos quais, 55 milhões para o ano escolar de 1987, conforme Quadro X.

Trata-se da maior distribuição de livros didáticos no mundo, proporcionando em 1987, 3 livros por aluno em cada escola pública de 1º grau do país.

O Programa Nacional do Livro Didático, além de assegurar que a escolha do livro seja feita democraticamente pelos professores que o irão utilizar como subsídio de grande valia para seu trabalho pedagógico, instituiu o livro reutilizável por um período mínimo de 3 anos, tornando possível o uso deste livro nos anos subsequentes, através dos bancos de livros, onde em cada escola serão depositados os livros gratuitamente distribuídos pela FAE e, onde, a cada ano, na mesma série, serão utilizados por alunos diferentes.

Assim, o livro distribuído através do PNLD, com exceção da cartilha, não é do aluno, mas da escola, o que é uma maneira de ele ser de todos os alunos. O aluno, portanto, tem assegurado, enquanto o estiver usando, aquilo que se poderia chamar de posse social do livro.

Ressalte-se que a adoção de

livros reutilizáveis responde a aspectos pedagógicos e econômicos da política do livro didático. O uso de livros descartáveis contribuía para intensificar a falta de disponibilidade de livros para os alunos mais carentes, além de conduzir a uma prática pedagógica limitada ao procedimento do "tudo pronto", inibindo a capacidade de busca e de reflexão, tanto do aluno como do professor.

Cumpre, aqui, destacar que as ações do Programa Nacional do Livro Didático desenvolvem-se de forma integrada e participativa, com divisão de tarefas e responsabilidades entre as diferentes esferas do sistema público de ensino. É impossível eliminar uma certa dose de risco em um programa de grande complexidade operacional que envolveu, em 1987, a aquisição, a mixagem e a distribuição de 55 milhões de livros.

No que tange à distribuição dos novos livros, a FAE, através de empresa contratada em concorrência pública, os levou aos pontos de entrega indicados pelas diversas Secretarias de Educação. A partir destes pontos, cada Secretaria de Educação encarregou-se de fazê-los chegar às escolas públicas estaduais e municipais.

É importante registrar a conveniência da FAE responsabilizar-se pela negociação e contratação dos livros, em vez de delegar essas etapas aos Estados e Municípios.

A atuação da FAE possibilitou a obtenção de um preço médio por livro, da ordem de apenas Cz\$ 14,30 (quatorze cruzados e trinta centavos) quando o preço médio nas livrarias situava-se em torno de Cz\$ 55,00 (cinquenta e cinco cruzados), o que proporcionou uma apreciável economia para o erário público, permitindo beneficiar cerca de 25 milhões de alunos.

Qualidade do Livro Didático

Outro fato relevante a destacar é a preocupação da FAE com a crescente qualidade do livro didático. Assim, em 23 de março de 1987, realizou-se no auditório da EMBRATEL, no Rio de Janeiro, o primeiro de uma série de debates sobre a qualidade do livro didático. Promovido pela FAE e o INEP, e transmitido em cadeia pelas emissoras de TV Educativa, contou com a participação de professores e técnicos em educação de grande saber pedagógico.

Também dentro dessa linha, realizou-se em 10 de março de 1987, em Goiânia, o Seminário "A Mulher no Livro Didático", promovido pela FAE e Secretaria de Educação de Goiás, objetivando debater os meios de mudar a imagem estereotipada que é atribuída à mulher em muitos livros didáticos.

Aliás, desde 1985, quando foi criado o PNLD, a FAE tem incentivado os professores a se informarem da melhor

maneira possível, sobre os livros disponíveis no mercado, de forma a lhes dar condições de fazer uma boa indicação, uma vez que a escolha do livro não deve ser feita no ato da indicação, mas no dia-a-dia do trabalho do professor.

Outro fato auspicioso, na busca de assegurar instrumentos para melhoria da qualidade do livro didático, foi o Ciclo de Debates "Por uma Crescente Qualidade do Livro Didático", promovido pela Diretoria de Apoio Didático Pedagógico da FAE, órgão responsável pelo PNLD, tendo sua abertura ocorrido no dia 19 de junho de 1987.

Aquele certame contou com a participação de professores de reconhecida competência e experiência, de representantes de editoras e do Jornal Leia e de técnicos em educação da FAE/DADP. Nele, se desenvolveram valiosas e oportunas reflexões críticas, possibilitando o intercâmbio de idéias e proposições entre especialistas, usuários e produtores do livro didático, com vistas à elevação de sua qualidade.

Nas quatro etapas do Ciclo de Debates, encerrado no dia 10 de julho de 1987, foram abordados os seguintes temas: "Proposta de Metodologia para Análise do Livro Didático", "Alfabetização e o Livro Didático", "Articulação do Conteúdo e Método do Livro Didático" e "Núcleos de Apoio à Produção Didático-Pedagógica".

Em muitas escolas do País o livro didático é o único instrumento de que dispõe o aluno em seu processo de

ensino-aprendizagem. É importante que se ofereça ao professor responsável por sua indicação, um livro que facilite o seu trabalho pedagógico, vinculado à realidade, que apresente conceitos formulados corretamente, informações atualizadas, boa diagramação e que, sobretudo, respeite a inteligência da criança, estimulando a sua criatividade, desafiando-o e despertando o seu interesse.

Destacou-se, naquele Ciclo de Debates que a qualidade do livro didático deve ser analisada dentro de um quadro articulado de outras medidas que assegurem a capacitação do professor e a efetiva valorização do magistério.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – 87/88: Inicialmente, o Programa previa a distribuição de 45 milhões de livros, possibilitando aos alunos de 1.^a a 4.^a séries, receberem um novo exemplar, totalizando assim, 04 livros, e àqueles de 5.^a a 8.^a séries receberem três novos exemplares, totalizando 06 livros.

Considerando, entretanto, a difícil conjuntura econômico-financeira e não sendo possível à FAE obter o crédito suplementar que possibilitasse o atingimento da meta de 45 milhões de livros, houve necessidade de um redimensionamento do Programa reduzindo aquele total para 30,5 milhões, conforme Quadro XI.

Para o PNLD 87/88 o custo médio dos livros contratados pela FAE situa-se em Cz\$ 75,00 (setenta e cinco

cruzados), devendo-se observar que o custo médio desses exemplares nas livrarias é da ordem de Cz\$ 270,00 (duzentos e setenta cruzados).

Outras atividades

Entre as demais atividades desenvolvidas em 1987, na operacionalização do PNLD merecem, ainda, destaque as desenvolvidas pelo Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro em termos de:

- produção de um vídeo sobre o PNLD;
- elaboração e publicação de um caderno sobre Educação e Discriminação dos Negros (em andamento);
- cooperação técnica às Secretarias de Educação de três Unidades Federadas;
- programação, realização e avaliação (relatório final) do Seminário sobre Educação e Discriminação dos Negros.

QUADRO X
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – 1987
LIVROS DISTRIBUÍDOS

UF	LIVROS NOVOS *	LIVROS DE REPOSIÇÃO	TOTAL
AC	88.354	66.803	155.157
AP	85.447	97.985	183.432
AM	297.962	730.876	1.028.838
AL	443.705	482.877	926.582
BA	2.166.905	2.151.855	4.318.760
CE	1.518.590	657.803	2.176.393
DF	273.755	157.007	430.762
ES	951.514	263.785	1.215.299
FN	418	204	622
GO	1.166.279	809.464	1.975.743
MA	1.037.288	949.986	1.987.274
MT	417.919	425.524	843.443
MS	291.551	279.390	570.941
MG	7.090.205	936.085	8.026.290
PA	1.089.895	1.081.239	2.171.134
PR	3.223.254	808.394	4.031.648
PB	679.673	646.879	1.326.552
PE	1.219.052	1.320.182	2.539.234
PI	684.242	378.595	1.062.837
RJ	2.421.448	833.487	3.254.935
RN	582.743	399.612	982.355
RS	2.502.809	249.850	2.752.659
RO	233.870	176.071	409.941
RR	42.727	32.739	75.466
SC	1.750.211	238.390	1.988.601
SP	8.599.857	1.883.365	10.483.222
SE	377.999	285.502	663.501
TOTAL GERAL	39.237.672	16.343.949	55.581.621

Fonte: DADP

OBS: * Inclui, além dos livros os manuais e cadernos de atividades

** Títulos comprados: 1.061

QUADRO XI
PNLD 87/88 – LIVROS NOVOS E LIVROS DE REPOSIÇÃO

UF	LIVROS NOVOS	LIVROS DE REPOSIÇÃO (*)	TOTAL
AC	106.133	6.151	112.284
AP	63.099	5.659	68.758
AM	600.618	17.962	618.580
PA	781.910	74.553	856.463
RO	401.928	14.517	416.445
RR	40.105	2.706	42.811
AL	460.450	28.542	488.992
BA	2.052.591	146.399	2.198.990
CE	1.052.919	110.476	1.163.395
FN	184	10	194
MA	1.542.632	67.663	1.610.295
PB	604.796	45.519	650.315
PE	1.298.882	71.354	1.370.236
PI	651.851	46.257	698.108
RN	484.391	36.415	520.806
SE	294.413	24.113	318.526
DF	273.763	17.469	291.232
GO	1.204.437	65.449	1.269.886
MT	479.941	24.851	504.792
MS	357.931	14.517	372.448
ES	555.908	62.496	618.404
MG	3.817.366	473.399	4.290.765
RJ	1.417.689	145.661	1.563.350
SP	5.070.707	532.690	5.603.397
PR	1.744.522	207.173	1.951.695
RS	1.593.411	106.785	1.700.196
SC	935.731	111.706	1.047.437
TOTAL	27.888.308	2.460.492	30.348.800

Fonte: DADP

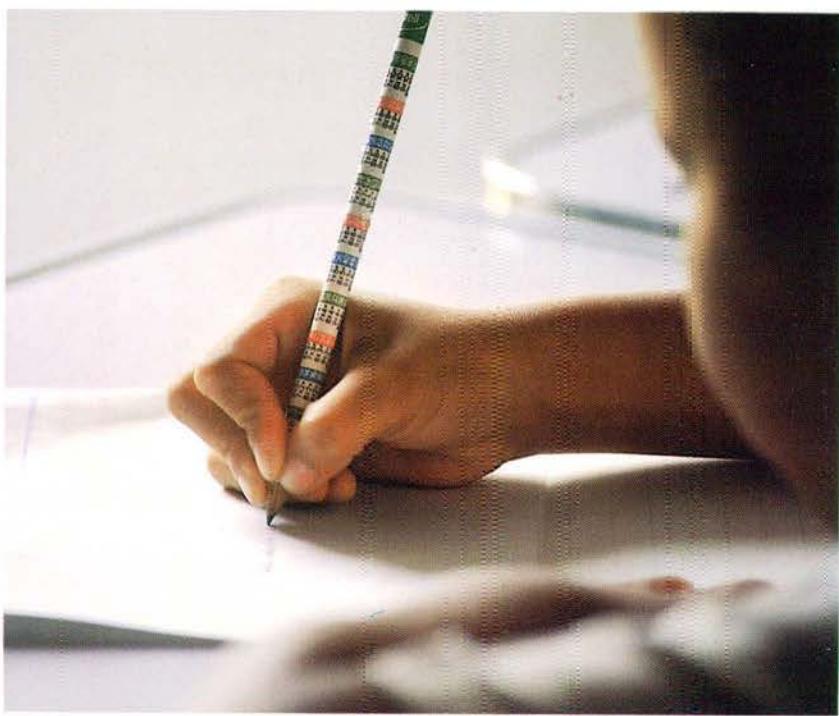
- (*) A reposição dos livros foi concedida considerando-se:
- . o desgaste pelo uso, em condições excepcionais ou perdas eventuais dos livros;
 - . o atendimento às escolas que, circunstancialmente, não tenham recebido, total ou parcialmente, os livros didáticos no ano anterior;
 - . a previsão da taxa de crescimento de matrículas, inclusive em função da criação de novas séries ou de novas escolas.

QUADRO XII
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – 1988
LIVROS NEGOCIADOS POR EDITORA

EDITORAS	LIVROS NOVOS	REPOSIÇÃO	AQUISIÇÃO FAE	2. ^a OPÇÃO	TOTAL GERAL
SCIPIONE	2.716.034	204.609	1.240	87.415	3.009.298
ÁTICA	4.127.111	327.824	2.720	235.405	4.693.060
IBEP	3.604.687	244.162	3.930	77.699	3.930.478
FTD	2.796.592	418.623	3.180	103.479	3.321.874
ATUAL	286.923	23.843	410	92.450	403.626
CAMINHO SUAVE	753.984	17.039	120	8.849	779.992
SARAIVA	1.944.838	214.981	1.660	166.180	2.327.659
BLOCH	252.351	60.436	1.600	7.615	322.002
ALT	655.403	76.365	1.680	21.939	755.387
ARCO-ÍRIS	654.159	41.122	330	3.790	699.401
CASA PUBLICADORA	122.850	—	110	715	123.675
FDC	50.463	7.517	100	5.544	63.624
LISA	70.753	5.524	360	1.991	78.628
SALESIANA	2.209	—	30	—	2.239
HDV	2.776	32	80	—	2.888
T. COSTA	3.693	32	40	563	4.328
CEPE – PE	73.434	1.302	120	55	74.911
M. INOJOSA	45.869	—	170	1.497	47.536
TRICASIL – MA	31.592	—	70	443	32.105
GLOBO	39.124	6.366	120	1.850	47.460
ASSOESTE	8.797	—	20	63	8.880
IOCE	329.892	—	90	886	330.868
COMEPI – PI	19.938	—	40	21	19.999
FRANCISCO ALVES	17.835	4.615	280	5.398	28.128
LUTADOR – MG	34.345	6.343	60	32	40.780
UNIJUÍ	8.017	1.346	80	107	9.550
NACIONAL	2.192.867	279.785	2.510	88.767	2.563.929
LÊ	638.724	68.048	840	67.188	774.800
BRASIL	4.889.957	434.029	3.470	80.731	5.408.187
VIGÍLIA	163.564	9.980	960	4.426	178.930
RECORD	75.955	1.324	70	2.378	79.727
MÃOS UNIDAS	55.869	5.227	80	904	62.080
LITTERA MACIEL – MG	26.929	18	80	—	27.027
SERGASA	16.708	—	30	—	16.738
	26.714.242	2.460.492	26.680	1.068.380	30.269.794

Fonte: DADP

OBS.: Além do total de 30.269.756, foram doados à FAE, pelas editoras, o total de 79.006 exemplares, que perfaz o total geral de 30.348.800 de livros.



PROGRAMA DE VENDAS

A FAE manteve, em 1987, uma rede de 350 Postos de Vendas, instalados em pontos estratégicos do território nacional, para prestar assistência aos alunos de todos os níveis escolares. Este sistema constituiu-se uma ação complementar aos Programas de distribuição de material escolar (PNME, PME).

Por região, os Postos estão distribuídos da seguinte forma:

Região Norte	-	04
Região Nordeste	-	84
Região Centro-Oeste	-	23
Região Sudeste	-	156
Região Sul	-	75
TOTAL.....		342

Foram vendidas até outubro de 1987 (há uma defasagem de 2 meses no

processamento dos dados) 23.924.000 unidades de material escolar e 412 exemplares de obras, gerando uma receita no valor de Cz\$ 77.489.000,00.

Vendas Institucionais

A FAE atendeu às solicitações feitas pelas Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras Municipais, Associações, Sindicatos, Cooperativas e diversos órgãos públicos, gerando com isso uma receita no valor de Cz\$ 39.236.000,00. Estas instituições adquiriram o total de 20.373.000 unidades de Material Escolar e 133.000 exemplares de obras didáticas e paradidáticas.

QUADRO XIII REDE DE POSTOS

(DEZEMBRO, 1987)

UF	CONSIGNATÁRIOS	OPERADOS PELA FAE	TOTAL
Acre	01	—	01
Amapá	01	—	01
Amazonas	02	—	02
Pará	06	—	06
Rondônia	01	—	01
Roraima	01	—	01
TOTAL REGIÃO NORTE	12	—	12
Alagoas	04	—	04
Bahia	03	—	03
Ceará	21	—	21
Fernando de Noronha	01	—	01
Maranhão	19	—	19
Paraíba	04	—	04
Pernambuco	18	—	18
Piauí	08	—	08
Rio Grande do Norte	04	—	04
Sergipe	02	—	02
TOTAL REGIÃO NORDESTE	84	—	84
Espírito Santo	04	—	04
Minas Gerais	61	—	61
Rio de Janeiro	15	06	21
São Paulo	68	02	70
TOTAL REGIÃO SUDESTE	148	08	156
Paraná	18	—	18
Rio Grande do Sul	38	—	38
Santa Catarina	19	—	19
TOTAL REGIÃO SUL	75	—	75
Distrito Federal	07	02	09
Goiás	06	—	06
Mato Grosso	04	—	04
Mato Grosso do Sul	04	—	04
TOTAL REGIÃO CENTRO-OESTE	21	02	23
BRASIL	340	10	350

FONTE: DADP

EDITORAÇÃO

Consiste na produção de obras didáticas e paradidáticas, destinadas a ampliar o campo de consulta dos alunos e professores.

Em 1987, foram produzidos 23 títulos, com uma tiragem total de 2,2 milhões de exemplares.

Fabricação própria de Material Escolar

Apesar das dificuldades encontradas na aquisição de matéria-prima e peças de reposição das máquinas em operação da DADP, no Rio de Janeiro, a FAE chegou aos seguintes resultados em 1987:

Caderno Escolar – 48 folhas	28.455.000
Bloco de Desenho A4	129.000
Bloco Rascunho c/pauta	23.000
Papel Ofício (pcte. c/500 fls)	66.000
Blocão s/pauta	35.000
Rótulos para caixas	141.000

Estes materiais são oferecidos à comunidade por meio dos Programas sócio-assistenciais.

Com o intuito de avaliar as ações desenvolvidas pela FAE, no tocante à produção de obras didáticas e paradidáticas (títulos próprios da FAE), a DADP promoveu um Painel, no mês de maio, cujo tema foi "PRODUÇÃO EDITORIAL, O COMPROMISSO DO ESTADO EM PROMOVER O CONHECIMENTO", ocasião em que

diversos educadores convidados debateram, juntamente com os técnicos da FAE, vários aspectos da realidade educativa brasileira, tendo sido concluído que:

- é importante continuar a editar material de ensino da linha FAE de produção, que, notadamente, sejam de utilidade para o aluno e o professor;
- é necessário promover novos projetos de materiais de apoio ao ensino, resultantes de uma política conjunta com outros órgãos educacionais, com a finalidade de aprimorar e universalizar o atendimento à educação básica e à educação especial.



"Com relação a equipamentos de ensino não se pode ser tão leniente no julgamento, se as professoras não têm mesas, se há quase 5% de escolas sem lugar onde sentar, se em quase 25% os bancos não são suficientes para todos, se 75% das escolas não têm mapas, se metade sequer tem cartazes à parede e se mais de dois terços não dispõem de quaisquer outros recursos pedagógicos. É realmente difícil oferecer um ensino razoável sob condições de tamanha penúria".

Claudio de Moraes Cunha & Philip Butcher
"A Escola que os Brasileiros Frequentam em 1985"

PROGRAMA NACIONAL DO MATERIAL ESCOLAR

O alto custo do material escolar e, em algumas regiões, a própria falta desse material, aliado a uma renda familiar insuficiente, remuneração do professor muitas vezes abaixo do salário mínimo e a necessidade de condições mínimas de trabalho pesam significativamente, na consecução dos objetivos a que se propõe uma escola de qualidade.

Para alterar este perfil a FAE/DADP concebeu, em 1986, o Programa Nacional do Material Escolar PNME, como uma ação pedagógica que, juntamente com outras, amplia as condições de trabalho docente e discente nas escolas públicas de 1.^a a 8.^a séries.

A operacionalização do PNME dar-se-á progressivamente, em função das dotações orçamentárias, beneficiando inicialmente as regiões reconhecidamente mais carentes do país.

Em 1987, o PNME beneficiou todos os alunos das escolas públicas de 1.^º grau, dos nove estados do Nordeste, através da distribuição de 7.315.000 módulos do aluno.

Foram milhões de cadernos, lápis preto e de cor, régulas, borrachas e apontadores, entre outros materiais, entregues no primeiro trimestre de 1987 a todas as Secretarias de Educação do Nordeste.

Para que se tenha uma idéia da grandeza e complexidade da

operacionalização do PNME, em 1987, basta lembrar que se perfilássemos todos os lápis distribuídos teríamos cerca de 14.000 quilômetros de lápis, o que corresponde ao percurso Rio-Lisboa-Rio.

A operação de distribuição deste extraordinário volume de material foi concebida pelos técnicos da FAE/DADP tendo sido contratada, mediante concorrência pública, uma empresa especializada para: 1) coletar o material escolar nos depósitos da FAE em Goiás, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro; 2) mixar os materiais, compondo 7.315.000 módulos (um para cada aluno das oito séries de 1.^º grau) e 3) entregar os módulos em 54 pontos regionais, no máximo de 6 por cada uma das nove unidades federadas do Nordeste, conforme indicação das Secretarias de Educação.

A partir do recebimento nesses pontos, a execução da distribuição às escolas ficou sob inteira responsabilidade daquelas Secretarias em articulação com as 1.446 prefeituras municipais.

Foram utilizados 654 caminhões/viagem e percorridos mais de 1.100.000 quilômetros.

Muito mais importantes que os números aqui citados, são os benefícios proporcionados aos educandos das escolas públicas do Nordeste que traduzem o compromisso concreto do Governo em melhorar, de forma

progressiva, os padrões educacionais.

A supervisão do Programa, no âmbito de cada unidade federada, foi exercida pela Representação da FAE, em articulação com a Secretaria de Educação, desde o ponto de entrega até a escola.

PNME/88: Ainda em 1987, a FAE/DADP deu início à contratação do material escolar para composição dos módulos do PNME/88.

Dois fatos importantes a destacar: o PNME/88 beneficiará a todos os alunos das escolas públicas de 1º grau, não apenas da região Nordeste mas, também, das regiões Norte e Centro-Oeste totalizando cerca de 11 milhões de alunos e proporcionará aos 418.000 professores daquelas escolas o recebimento do chamado módulo do professor.

O atendimento àqueles professores (274,8 mil na região Nordeste, 78,4 mil na região Centro-Oeste e 66,2 mil na região Norte), visa enriquecer as atividades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem, razão porque serão distribuídas obras de consulta (Dicionário da Língua Portuguesa e/ou Gramática da Língua Portuguesa), além do material básico necessário ao desenvolvimento das atividades em sala

de aula (caderno universitário, lápis, borracha).

Normalização de materiais de ensino e aprendizagem

Em 1987 a FAE/DADP desenvolveu, com o assessoramento de técnicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), trabalhos para elaboração de normas técnicas para fabricação de lápis preto, apontador, livro didático e caderno popular.

O propósito da normalização é a definição de normas que sirvam de referência para a produção de materiais, seguindo uma das premissas básicas dos programas a cargo da DADP: baixo custo e boa qualidade.

Ainda como parte da implantação do I Plano de Normalização de Materiais de Ensino e Aprendizagem, a DADP, em 1987, promoveu um Ciclo de Estudos e Debates, objetivando formar uma consciência em relação à qualidade física dos materiais escolares, com participação de técnicos de reconhecido saber na matéria.



"Uma coisa é pôr idéias arranjadas; outra é lidar com país de pessoas, de carne e de sangue, de mil-e-tantas misérias... De sorte que carece de se escolher".

Guimarães Rosa ("Grande Sertão: Veredas")

PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

A saúde é um direito básico de todos os cidadãos e, por excelência da criança. Criança que não goza de boa saúde, assim como criança com fome, não consegue aprender.

A FAE vem desenvolvendo, com grande êxito, o Programa de Saúde do Escolar, com grande reflexo social, objetivando promover a saúde nas escolas de 1º grau, da rede pública de ensino, mediante ações educativas, preventivas e curativas, nas áreas de Saúde Geral, Odontologia e Oftalmologia.

São objetivos específicos do Programa de Saúde do Escolar:

- capacitar a escola e desenvolver ações promotoras da saúde em sua área de abrangência;
- promover o conceito de prevenção primária da saúde;
- definir o papel da escola em matéria de cooperação e apoio ao desenvolvimento dos cuidados primários de saúde;
- promover a participação ativa da comunidade como sujeito da ação de promoção da saúde;
- autocapacitar o escolar para lidar com os problemas fundamentais do processo saúde/doença, tanto como indivíduo, quanto como membro de uma comunidade;
- promover ações sanitárias com ênfase nas áreas de Saúde Geral, Odontologia e Oftalmologia;
- viabilizar a produção de tecnologia simples na área de Odontologia (Gabinetes Simplificados); Oftalmologia (implantação de minifacetadoras nas UF's para a confecção de óculos a baixo custo); Otologia (fomento à busca de alternativas para a triagem e para a fabricação de próteses auditivas), entre outras.

O Programa de Saúde do Escolar privilegia, especificamente, os alunos de 06 a 14 anos, da rede pública de ensino, uma vez que essa clientela está dentro da faixa etária ideal para as intervenções preventivas e para a formação de hábitos e atitudes promotoras de saúde.

Na área de Saúde Geral são desenvolvidas ações de controle, recuperação e promoção da saúde, considerando-se as características epidemiológicas da região. Essas ações são desenvolvidas, basicamente, pelos agentes de saúde, com o auxílio dos professores e demais funcionários, que estarão, sistematicamente, com os alunos, praticando e vivendo a saúde na escola.

As funções educativas e preventivas em Odontologia envolvem conceitos sobre saúde bucal, escovação e bocheço de flúor, realizadas na própria escola através do Agente de Saúde e complementadas pelas atividades dos Dentistas que trabalham com tecnologia simplificada.

Os gabinetes odontológicos por serem simples, leves e de fácil montagem,

podem ser transferidos de escola em escola, viabilizando um bom atendimento e uma maior cobertura da população alvo.

Na área de Oftalmologia é feita uma triagem, através da qual se identificam as crianças com deficiências visuais. Estas são encaminhadas à rede pública de saúde ou ao oftalmólogo conveniado com a Prefeitura, para a consulta.

Uma vez feita a recomendação de óculos, o mesmo é adquirido pela Coordenação local do Programa, através da montadora de óculos (minifacetadora) instalada naquele Estado ou diretamente nas óticas, nas regiões onde não haja a montadora.

As questões de saúde são, basicamente, um problema do município, uma vez que é a nível municipal que se juntam todas as questões que compõem o problema da saúde.

Dentro dessa filosofia, em 1987,

a FAE/DIACOM celebrou convênios com 337 municípios, prevendo-se beneficiar 3.601.266 crianças, matriculadas em 15.880 escolas de todas as regiões do país.

Os recursos repassados em 1987 totalizaram Cz\$ 335.979.424,00 devendo as ações de saúde correspondentes desenvolverem-se em 1987 e 1988.

Através do processo de licitação, iniciado em outubro, a FAE/DIACOM procedeu a aquisição de 300 gabinetes odontológicos simplificados, ao custo total de Cz\$ 148.500.000,00, que deverão ser entregues no início de 1988.

Procedeu-se, também, à aquisição de flúor pastilhado para distribuição aos municípios conveniados, para utilização no Programa.

Efetuou-se, ainda, a aquisição de 31 facetadoras de lentes oftálmicas, com aplicação de Cz\$ 23.715.000,00.

QUADRO XIV
PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR – 1987

UF	NÚMERO DE MUNICÍPIOS APOIADOS	NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	PROJETOS APROVADOS, COM RECURSOS REPASSADOS EM 1987 E COMPROMETIDOS PARA 1988 (Cz\$)
NORTE	27	3.358	459.663	60.892.800,19
RR	01	26	20.000	3.140.018,00
AM	05	608	140.482	14.673.099,50
PA	03	276	88.902	5.938.926,85
RO	18	2.448	210.279	37.140.755,84
NORDESTE	139	3.494	739.676	121.652.007,41
AL	01	113	70.191	4.976.609,00
BA	14	531	190.411	15.656.450,26
CE	11	585	61.413	21.118.391,36
MA	08	205	52.111	10.078.475,77
PB	80	786	126.463	17.563.280,00
PE	06	591	68.336	18.113.677,02
PI	06	460	57.777	13.964.309,00
RN	07	133	79.014	6.287.343,00
SE	06	90	33.940	14.893.472,00
SUDESTE	20	1.318	1.043.061	43.152.539,92
ES	08	142	102.499	1.889.092,00
MG	06	451	285.686	19.989.275,92
RJ	03	64	36.179	14.643.700,00
SP	03	661	618.697	6.630.472,00
SUL	86	4.630	538.854	72.617.099,06
PR	37	2.243	253.953	30.273.489,20
RS	09	561	32.645	7.147.785,00
SC	40	1.826	252.256	35.195.824,86
CENTRO-OESTE	65	3.080	820.012	37.664.977,42
DF	01	406	222.221	4.179.650,00
GO	18	732	288.416	9.452.960,21
MS	18	647	138.581	11.693.210,00
MT	28	1.295	170.794	12.339.157,21
BRASIL	337	15.880	3.601.266	335.979.424,00

FONTE: DIACOM



"O livro é o maior e melhor companheiro da vida toda".

Presidente José Sarney

PROGRAMA SALAS DE LEITURA

A idéia básica do Projeto "Salas de Leitura" é a de oferecer oportunidade alternativa ao trânsito do livro e do material informativo no circuito escolar, possibilitando o desenvolvimento da postura analítica e do senso crítico do aluno.

O projeto tem servido como instrumento eficiente de participação democrática dos alunos do 1º e 2º graus, a partir da disseminação da informação, de forma simples e objetiva.

Para tanto, faz-se necessária a criação de um espaço nas escolas que propicie a descontração, oferecendo novas alternativas às tradicionais acomodações já existentes nas bibliotecas. A criação desse tipo de espaço permite uma convivência informal do aluno com o livro, originando uma experiência de leitura distinta daquela que

é, muitas vezes, comprometida com tarefas específicas.

Um comitê consultivo seleciona os livros de literatura infanto-juvenil a serem entregues às escolas, através das Secretarias Estaduais de Educação.

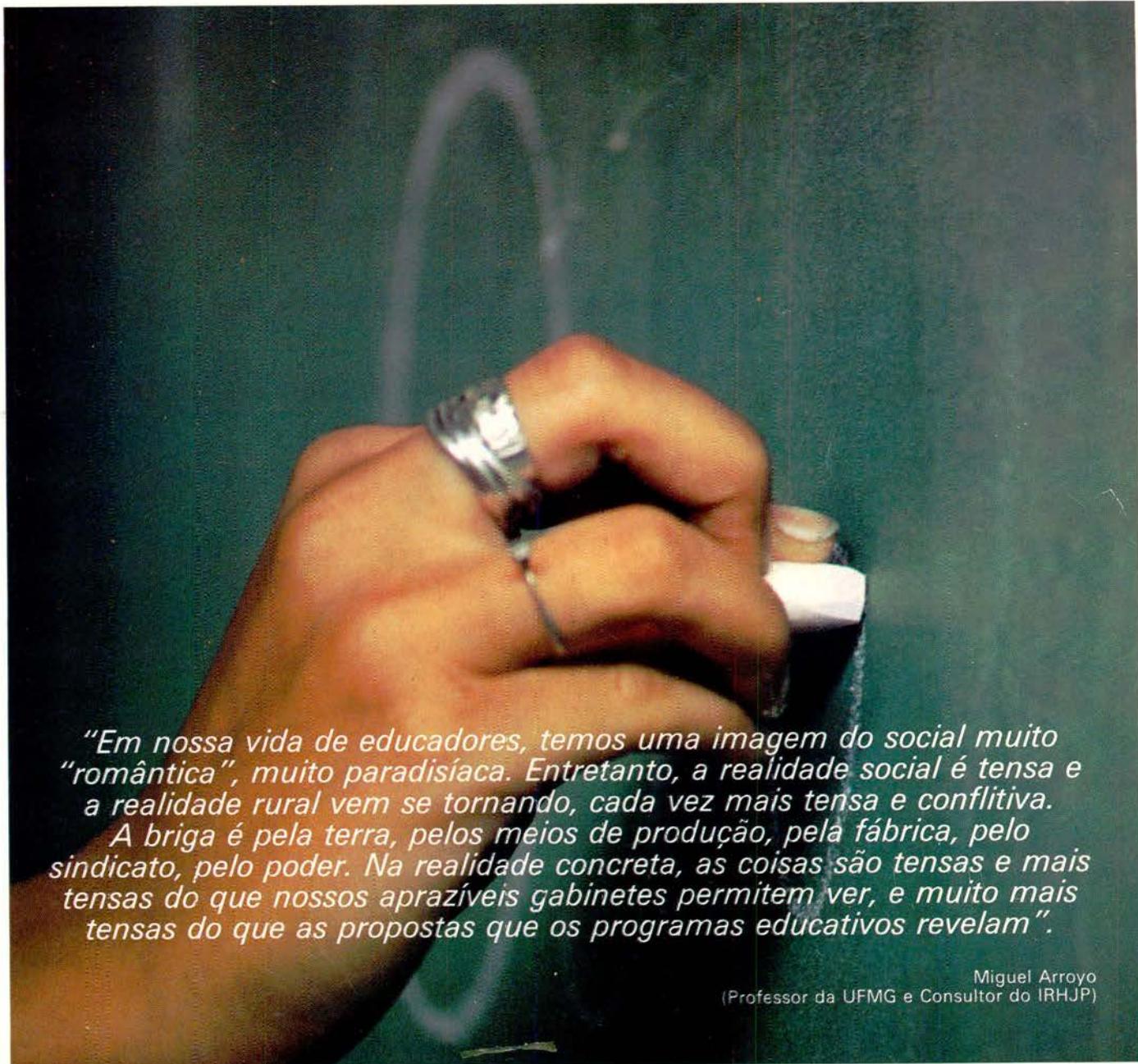
No exercício de 1987 a FAE/DIACOM realizou uma avaliação do Programa, junto às Unidades Federadas e os resultados obtidos demonstraram a sua elevada receptividade.

As Salas de Leitura têm um caráter essencialmente lúdico e cultural.

Em 1987, o Programa Salas de Leitura aplicou recursos da ordem de Cz\$ 60.680.470,35 em 267.890 assinaturas de revistas e periódicos, envolvendo 2.536.000 exemplares que foram distribuídos a todas as escolas de 1º e 2º graus da rede pública de ensino.

QUADRO XV NÚMERO DE ASSINATURAS E RECURSOS APLICADOS EM REVISTAS E PERIÓDICOS – 1987

TÍTULO	N.º DE ASSINATURAS	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)
Ciência Hoje	15.590	7.193.226,00
Correio da UNESCO	7.800	1.365.000,00
Jornal Leia	24.500	11.146.159,20
Nova Escola	220.000	40.976.085,15
TOTAL	267.890	60.680.470,35



"Em nossa vida de educadores, temos uma imagem do social muito "romântica", muito paradisíaca. Entretanto, a realidade social é tensa e a realidade rural vem se tornando, cada vez mais tensa e conflitiva.

A briga é pela terra, pelos meios de produção, pela fábrica, pelo sindicato, pelo poder. Na realidade concreta, as coisas são tensas e mais tensas do que nossos aprazíveis gabinetes permitem ver, e muito mais tensas do que as propostas que os programas educativos revelam".

Miguel Arroyo
(Professor da UFMG e Consultor do IRHJP)

PROGRAMA EDURURAL/NORDESTE

A Sinopse Estatística da Educação Básica, 1981/1982/1983, divulgada pelo SEEC/MEC revela que, naquele período, o total de professores não qualificados, em exercício nas escolas de 1º grau de todo o país, era da ordem de 332.000, nas zonas urbana e rural, equivalente a 34,5% de um total de cerca de 961.000 professores. Dos 332.000 não qualificados, 108.000 não possuíam sequer o 1º grau completo.

A docência leiga atua predominantemente no meio rural, onde se encontra o maior contingente de professores leigos com o mais baixo nível de escolaridade observado. Segundo aquela fonte, dentre um total de 332.000 professores não qualificados, cerca de 100.000 que não chegaram a concluir o 1º grau, encontram-se nas escolas rurais, sobretudo no Norte e Nordeste.

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural/EDURURAL/NE, originou-se de uma política de cooperação do Governo Federal com a Região Nordeste e vem sendo executado, desde 1980, com financiamento parcial do BIRD. Abrange 250 municípios dos nove Estados da Região Nordeste e representa a consolidação das propostas elaboradas pelas respectivas Secretarias de Educação.

São objetivos do EDURURAL:

- 50 a. a expansão das oportunidades

educacionais;

- b. a melhoria das condições da educação no meio rural, a partir da realidade sócio-econômica e cultural da Região, e
- c. o fortalecimento do processo de planejamento e administração educacionais.

Centrado nesses objetivos o EDURURAL abrange diversos projetos, cumprindo destacar o Projeto de Capacitação de Recursos Humanos e os de Expansão e Melhoria da Rede Física, Desenvolvimento de Currículo e Supervisão, Material de Ensino e Aprendizagem, Alimentação Escolar e Fortalecimento dos Órgãos Municipais de Educação.

Em 1987, o EDURURAL viveu a sua fase final de execução. Desse modo, as ações do Projeto de Capacitação de Recursos Humanos do EDURURAL voltaram-se, prioritariamente, para um registro-síntese do trabalho desenvolvido e para um balanço crítico do mesmo, com vistas a subsidiar o redirecionamento e o planejamento de futuras ações educativas, para o meio rural.

Entre as diferentes ações desenvolvidas em 1987 vale registrar as seguintes:

- realização de 25 Reuniões Técnicas, nas Unidades Federadas do Nordeste, com equipes do IRHJP e das Secretarias de Educação;
- Seminários de Capacitação de

- Administradores Educacionais, ao nível municipal, realizados em Aracajú, Natal e São Luís;
- Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para a América Latina e o Caribe, promovido pelo MEC/UNESCO/OREALC;
 - revisão de textos que integraram publicações do IRHJP;
 - programação, execução e elaboração de relatório do IV Encontro Técnico sobre Capacitação de Recursos Humanos/EDURURAL/NE;
 - elaboração e/ou organização e divulgação dos seguintes documentos:

- Estudos Avaliativos sobre Ações do Projeto Capacitação de Recursos Humanos/EDURURAL/NE – síntese e considerações;
 - Formação de Profissionais de Educação em Exercício no 1º Grau: Análise e Considerações;
 - Capacitação de Profissionais de Educação: Perspectivas de Avaliação;
 - Professor Leigo no Meio Rural: Desafios do Processo de Formação.
- É digno de registro o desempenho da equipe técnica do IRHJP que realizou um trabalho de grande competência e seriedade.

QUADRO XVI

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – EDURURAL/NE

1980/87

CATEGORIA	CAPACITADOS (*)	EM PROCESSO DE CAPACITAÇÃO (**)
• Professores	47.240	837
• Supervisores e Técnicos de Órgãos Municipais de Educação	13.516	–
TOTAL	60.756	837

(*) Cursos de Atualização, cursos de Habilitação – 2º Grau e Cursos de Qualificação em nível de 8ª Série – 1º Grau.

(**) SERGIPE.

FONTE: IRHJP

PROGRAMA MONHANGARA: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O objetivo da Capacitação de Recursos Humanos, dentro do Projeto Monhangara, é o assessoramento às equipes técnicas das Secretarias de Educação das regiões Norte e Centro-Oeste com vistas à capacitação dos professores que atuam nas séries iniciais do 1º grau.

Assim, em 1987, as ações desenvolvidas buscaram responder, de forma integrada com os outros componentes do MONHANGARA, à necessidade de atingir a melhoria da qualidade do ensino, levando os professores ao domínio de conteúdos e metodologias bem como contribuir para a organização e funcionamento da escola de forma mais democrática.

É oportuno registrar entre as diversas ações desenvolvidas:

- realização de 17 Reuniões, em Unidades Federadas das Regiões Norte e Centro-Oeste, objetivando a cooperação técnica e a supervisão junto às equipes das Secretarias de Educação, no desempenho de ações de Capacitação de Recursos Humanos.
- Participação em cursos, debates, encontros, seminários, reuniões técnicas e estágios, destacando-se:
 - Curso sobre implementação de programas e projetos, promovidos pelo CENDEC.
 - Seminário Regional sobre Alternativas

de Alfabetização, promovido pela UNESCO/OREALC/MEC

- Curso de Gerenciamento da Educação, promovido pelo Projeto BRA/008-SEB/MEC.
- 2º Módulo do Curso de Pós-Graduação: Especialização em alfabetização, promovido pela PUC/MG.
- Estágio, na Colômbia, para conhecimento do Programa "Escuela Nueva."

Foram eleborados 5 documentos abordando aspectos da capacitação de Recursos Humanos.

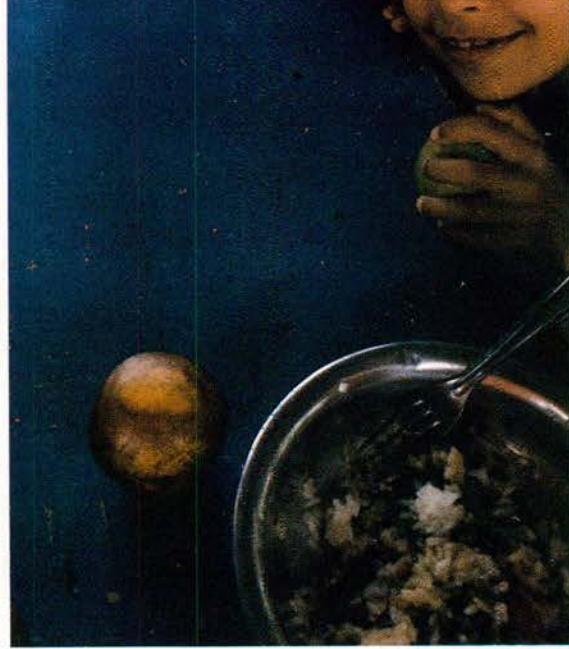
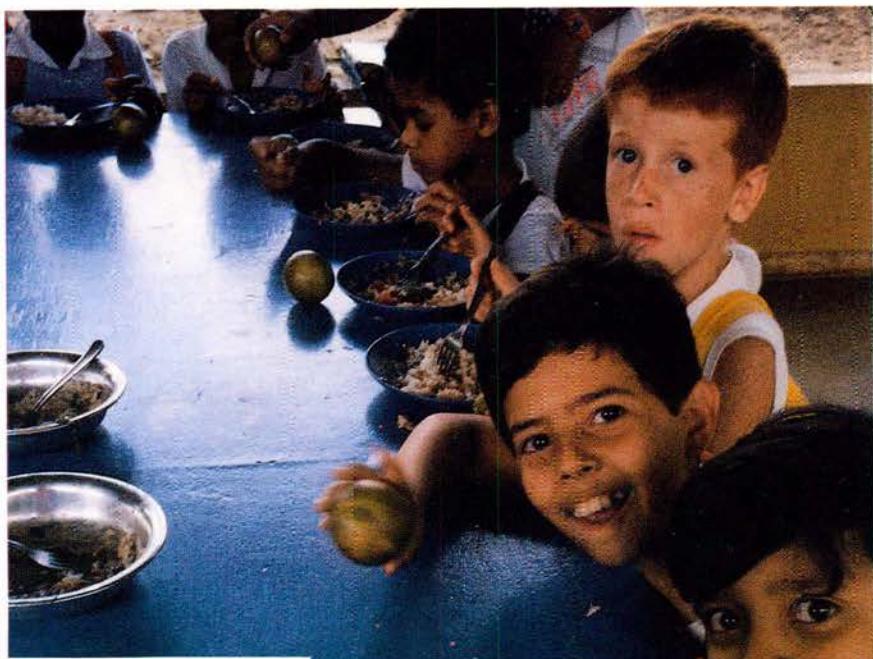
QUADRO XVII

PROGRAMA MONHANGARA

DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO EM 1987

REGIÃO	UF	N.º DE MUNICÍPIOS	N.º DE ESCOLAS	N.º DE ALUNOS	N.º DE PROFESSORES	MATERIAL FORNECIDO (UNIDADE)
NORTE	AC	11 01	157 23	116.042 11.995	3.201 322	1.803.857 637.989
	AP	01	36	16.576	544	—
	AM	02	26	22.323	558	889.120
	PA	03	40	40.936	1.106	27.927
	RO	03	17	13.480	337	101.979
	RR	01	15	10.732	334	146.842
CENTRO-OESTE	GO	14 06	204 109	124.041 58.329	3.109 1.310	5.279.559 3.301.099
	MT	04	39	30.246	786	678.674
	MS	04	56	35.466	1.013	1.299.786
TOTAL		25	361	240.083	6.310	7.083.416

FONTE: DIPLAN



PROJETO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

O objetivo geral do Projeto de Educação Comunitária é atuar na capacitação de educadores, fundamentada nos princípios de participação comunitária visando à melhoria da qualidade do ensino e dos serviços prestados pelos sistemas educacionais. Especificamente, propõe-se

- a. incentivar, junto às Secretarias de Educação, as ações de desenvolvimento de recursos humanos, tendo como ponto de partida o saber produzido pelas organizações comunitárias;
- b. Apoiar experiências desenvolvidas pelos sistemas de ensino na busca de propostas educacionais alternativas, baseadas na experiência da comunidade e na competência técnica dos educadores.

Partindo do pressuposto de que a comunidade é organizada e é, em si, um espaço educativo, pautou-se as ações no princípio de articulação entre o conhecimento escolar e a cultura popular, a universalidade da educação escolar e a particularidade cultural das classes subalternas, o professor e o educador comunitário.

Este Projeto inclui as ações do programa de Inovação e Mudança na Preparação de Educadores para a Melhoria da Qualidade da Educação – Rede PICPEMCE, em decorrência de um acordo entre a UNESCO/OREALC e a FAE.

O Projeto de Educação Comunitária, a cargo do IRHJP, desenvolveu, em 1987, as seguintes ações:

- Estudo e divulgação do PICPEMCE.
- Programação, realização e avaliação da Reunião Técnica, sobre a Rede PICPEMCE, com representantes de Secretarias de Educação de Unidades Federadas, da OREALC/UNESCO e de outras instituições.
- Programação, realização e avaliação do "Seminário Inter-Regional de Educação Comunitária, Como Forma de Enfrentar o Fracasso Escolar", com a participação de representantes do Ministério da Educação, de Secretarias de Educação e de outras instituições educacionais do Brasil, Argentina, México, Chile, Inglaterra, Costa Rica, Alemanha e Colômbia.
- Assessoramento à equipe responsável pelo desenvolvimento do Projeto Educação Pré-Escolar Comunitária – EPEC.
- Planejamento e coordenação da Semana Pedagógica Sobre a Pré-escola.
- Realização do IV Encontro de Educadores do EPEC.
- Participação em reuniões da Diretoria do Clube de Pais do EPEC.
- Participação no Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para a América Latina e o Caribe.
- Elaboração de Documentos:

-
- Proposta curricular para o pré-escolar comunitário – (em andamento).
 - Ações do IRHJP, na Rede PICPEMCE.
 - Relatório do “Seminário Inter-Regional de Educação Comunitária, Como Forma de Enfrentar o Fracasso Escolar”.
 - Minuta de orientação técnica para coleta de dados relativos a experiências, na área de profissionais do ensino, desenvolvidas dentro e fora do sistema.
 - Anteprojeto de pesquisa sobre integração Escola/Comunidade (em andamento).
 - Perspectivas de trabalho com o Programa de Inovação e Mudança na Preparação de Educadores para a Melhoria da Qualidade da Educação – PICPEMCE em 1988.
- Participação em reunião com técnico da Universidade Federal da Paraíba, para discussão do Projeto Desenvolvimento Comunitário na perspectiva da Educação Popular.
 - Visita técnica à 37^a Delegacia Regional de Ensino/SEE/RS, objetivando:
 - a. avaliar o processo de trabalho nas Escolas Abertas e
 - b. coordenar o Seminário onde se discutiram “O Papel do Assessor”, “O Currículo e o Saber Popular” e “A Educação da Criança Negra”.
 - Visita técnica à SEC/SP para assessorar o trabalho da pesquisa “Discriminação de Crianças Negras” nas escolas da rede pública.
 - Elaboração de vídeo para subsidiar a proposta pedagógica e a capacitação de educadores (em andamento).



"O julgamento do homem público é particularmente difícil, porque não lhe basta para obter aprovação ter sabido agir como homem de bem; é preciso, também, que a firmeza moral do seu comportamento não lhe tenha deixado fugir o êxito. De modo que a política pode ser definida como a arte de assegurar, ao mesmo tempo, o bem e o êxito, ou melhor, a arte de assegurar o êxito do bem."

San Tiago Dantas

PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º E 2º GRAUS

Administrado pelo Gabinete do Ministro e executado pela Diretoria de Apoio Complementar (DIACOM) da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), este é um dos programas de grande alcance social do Governo Federal, dada a precariedade dos sistemas de ensino de algumas cidades do interior do país, notadamente na região Nordeste.

Essas bolsas, nominativas e intransferíveis, vão suprir a carência dos alunos, principalmente nessas regiões onde há falta de vagas em escolas oficiais.

Para 1987, os valores estipulados pelo Ministro da Educação foram de Cz\$ 740,00 e Cz\$ 870,00 respectivamente para o 1º e 2º graus, valores estes já corrigidos com base no mesmo percentual de aumento que foi autorizado pelo MEC às escolas particulares. Embora defasado para algumas regiões do Brasil, como capitais e grandes cidades da região sudeste, para

outras não só cobre toda a anuidade como ainda há saldo, e quando o valor das bolsas é superior à anuidade do estabelecimento de ensino, a diferença é sempre revertida em favor do aluno bolsista na forma de material escolar.

Repassadas pela FAE aos deputados e senadores, indiscriminadamente e independente do partido ao qual sejam filiados, as bolsas são igualmente distribuídas sem distinção pelo parlamentares, não havendo estados que tenham prioridade, sendo levada em conta apenas a carência do aluno.

Para este ano foram alocados recursos da ordem de Cz\$ 110 milhões, representando um aumento de 18,7% em relação a 86. A esses recursos virão somar-se outros, já solicitados ao MEC pela FAE, visto ser grande o número de alunos que todo ano passa a fazer parte da clientela do Programa.

QUADRO XVIII

PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º GRAU

**BOLSAS DE ESTUDO NOVAS E RENOVADAS E RECURSOS APLICADOS,
POR UF – 1987**

UF	BOLSAS CONCEDIDAS			RECURSOS APLICADOS (Em Cz\$ 1,00)
	RENOVADAS	NOVAS	TOTAL	
Brasil	36.412	37.014	73.426	54.335.240,00
Norte	996	987	1.983	1.467.420,00
AC	223	211	434	321.160,00
AM	63	72	135	99.900,00
PA	710	704	1.414	1.046.360,00
Nordeste	27.373	25.277	52.650	38.961.000,00
AL	1.246	1.191	2.437	1.803.380,00
BA	5.173	4.308	9.481	7.015.940,00
CE	5.792	4.971	10.763	7.964.620,00
MA	6.522	6.755	13.277	9.824.980,00
PB	2.262	2.077	4.339	3.210.860,00
PE	2.011	2.184	4.195	3.104.300,00
PI	2.452	1.747	4.199	3.107.260,00
RN	1.246	907	2.153	1.593.220,00
SE	669	1.137	1.806	1.336.440,00
Sudeste	5.008	6.622	11.630	8.606.200,00
ES	385	616	1.001	740.740,00
MG	1.949	3.458	5.407	4.001.180,00
RJ	2.356	1.955	4.311	3.190.140,00
SP	318	593	911	674.140,00
Sul	1.775	2.781	4.556	3.371.440,00
PR	1.070	908	1.978	1.463.720,00
RS	350	1.097	1.447	1.070.780,00
SC	355	776	1.131	836.940,00
Centro-Oeste	1.260	1.347	2.607	1.929.180,00
DF	75	296	371	274.540,00
GO	802	746	1.548	1.145.520,00
MS	188	136	324	239.760,00
MT	195	169	364	269.360,00

FONTE: DIACOM

QUADRO XIX

PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 2º GRAU

**BOLSAS DE ESTUDO NOVAS E RENOVADAS E RECURSOS APLICADOS,
POR UF – 1987**

UF	BOLSAS CONCEDIDAS			RECURSOS APLICADOS (Em Cz\$ 1,00)
	RENOVADAS	NOVAS	TOTAL	
Brasil	29.533	32.701	62.234	54.143.580,00
Norte	507	627	1.134	986.580,00
AC	47	62	109	94.830,00
AM	37	36	73	63.510,00
PA	423	529	952	828.240,00
Nordeste	17.082	20.160	37.242	32.400.540,00
AL	496	888	1.384	1.204.080,00
BA	2.578	2.932	5.510	4.793.700,00
CE	4.618	4.133	8.751	7.613.370,00
MA	3.608	5.607	9.215	8.017.050,00
PB	1.428	1.625	3.053	2.656.110,00
PE	1.675	1.875	3.550	3.088.500,00
PI	964	1.304	2.268	1.973.160,00
RN	688	807	1.495	1.300.650,00
SE	1.027	989	2.016	1.753.920,00
Sudeste	8.109	7.240	15.349	13.353.630,00
ES	390	415	805	700.350,00
MG	3.974	3.988	7.962	6.926.940,00
RJ	2.189	1.957	4.146	3.607.020,00
SP	1.556	880	2.436	2.119.320,00
Sul	2.830	3.578	6.408	5.574.960,00
PR	1.262	1.200	2.462	2.141.940,00
RS	484	1.142	1.626	1.414.620,00
SC	1.084	1.236	2.320	2.018.400,00
Centro-Oeste	1.005	1.096	2.101	1.827.870,00
DF	29	94	123	107.010,00
GO	754	715	1.469	1.278.030,00
MS	154	185	339	294.930,00
MT	68	102	170	147.900,00

FONTE: DIACOM

QUADRO XX
BOLSAS DE ESTUDO (ENSINO ESPECIAL)

(Cz\$ 1,00)

UNIDADE FEDERADA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ALAGOAS	01	1.200,00	1.200,00
BAHIA	05	1.200,00	6.000,00
PERNAMBUCO	01	1.200,00	1.200,00
RIO G. DO NORTE	06	1.200,00	7.200,00
SERGIPE	01	1.200,00	1.200,00
MINAS GERAIS	373	1.200,00	447.600,00
SÃO PAULO	29	1.200,00	34.800,00
PARANÁ	89	1.200,00	106.800,00
RIO G. DO SUL	08	1.200,00	9.600,00
SANTA CATARINA	35	1.200,00	42.000,00
GOIÁS	02	1.200,00	2.400,00
MATO GROSSO	02	1.200,00	2.400,00
TOTAL GERAL	552		662.400,00

Fonte: DIACOM



PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2º GRAU

Este Programa objetiva possibilitar o ingresso e permanência na escola de estudantes do ensino regular do 2º grau, comprovadamente carentes de recursos financeiros, oportunizando-lhes o exercício profissional remunerado, em órgãos ou entidades públicas e privadas, com a vivência de situações de trabalho que beneficiam a sua comunidade.

Em 1987, a FAE, através da Diretoria de Apoio Complementar, distribuiu 115.129 bolsas/mês, contra 8.748 concedidas em 1986.

Foram aplicados recursos no montante de Cz\$ 66.593.550,00.

Para o primeiro semestre de 1987 a bolsa teve seu valor fixado em Cz\$ 540,00 e para o segundo semestre, em Cz\$ 1.100,00.

De um modo geral, a FAE responsabiliza-se pelo pagamento de 50% do valor da bolsa, responsabilizando-se a instituição beneficiada com o trabalho do bolsista pela parcela restante. Entretanto, nos casos em que os bolsistas desempenham tarefas nitidamente comunitárias, a FAE concede bolsa integral.

QUADRO XXI
NÚMERO DE BOLSAS DE TRABALHO DISTRIBUÍDAS E
RECURSOS APLICADOS POR UNIDADE FEDERADA – 1987

U.F.	N.º DE BOLSAS MÊS/DISTRIBUÍDAS	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)
BRASIL	115.129	66.593.550,00
Norte	11.005	4.510.110,00
AC	2.190	954.840,00
AM	5.115	1.968.270,00
PA	2.200	930.000,00
AP	1.500	657.000,00
Nordeste	44.461	28.057.450,00
MA	3.130	2.051.400,00
PI	7.420	5.004.720,00
CE	7.740	3.502.800,00
RN	7.775	4.992.990,00
PB	6.550	5.591.100,00
PE	3.048	1.451.400,00
AL	4.638	3.451.240,00
SE	1.200	492.000,00
BA	2.960	1.519.800,00
Sudeste	15.092	7.762.200,00
MG	3.402	2.440.200,00
ES	4.020	1.855.200,00
RJ	6.210	2.733.600,00
SP	1.460	733.200,00
Sul	36.141	20.091.890,00
PR	6.600	4.776.000,00
SC	22.324	11.666.870,00
RS	7.217	3.649.020,00
Centro-Oeste	8.430	6.171.900,00
MS	2.500	2.190.000,00
MT	1.080	442.800,00
GO	4.350	3.163.500,00
DF	500	375.600,00

FONTE: DIACOM

PROGRAMA DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS

O Programa objetiva apoiar residências estudantis de 1º e 2º graus, com vistas a contribuir para a melhoria do desempenho escolar do aluno carente, que se desloca de sua cidade de origem, buscando meios e condições para a continuidade de seus estudos.

Em 1987, o Programa apoiou 04 residências, em 02 Unidades Federadas, a um custo total de Cz\$ 1.560.471,40.

Para 1988 serão operacionalizados convênios no valor total de Cz\$ 5.602.459,40 com as seguintes instituições:

- Fundação Estadual do Trabalho – FET/PI, no valor de Cz\$ 661.911,00, para apoio às Casas do Estudante de Campo Maior e do CCEP.
- Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil/PI, no valor de Cz\$ 339.000,00, para apoio à Casa do Estudante de

Monsenhor Gil.

- Fundação Estadual do Trabalho e Ação Comunitária – FETAC/RN, no valor de Cz\$ 899.823,40, referente à 2ª parcela para apoio à Casa do Estudante de Barra de Maxaranguape.
- Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, no valor de Cz\$ 583.816,00, para apoio à Casa do Estudante de São Luís.
- Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, no valor de Cz\$ 555.204,00, para apoio à Casa do Estudante de Patos.
- Secretaria de Educação do Estado do Ceará, no valor de Cz\$ 2.014.797,00, para apoio à Casa do Estudante do Ceará.
- Prefeitura Municipal de Crato/CE, no valor de Cz\$ 527.818,00, para apoio à Casa do Estudante de Crato.

QUADRO XXII

PROGRAMA DE APOIO A RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS DE 1º e 2º GRAUS – 1987

UF	MUNICÍPIO	RESIDÊNCIA	RECURSOS APLICADOS (Cz\$ 1,00)
PI	Floriano	Casa do Estudante de Floriano	221.922,00
PI	Picos	Casa do Estudante de Picos	248.726,00
RN	Ceará-Mirim	Casa do Estudante de Barra de Maxaranguape	889.823,40 (1º parcela)
RN	Natal	Casa do Estudante do Rio Grande do Norte	200.000,00
TOTAL			1.560.471,40

FONTE: DIACOM



O poder da pessoa é a paixão de que ela é capaz. É a paixão da verdade que faz o grande filósofo. É a paixão da justiça que faz o grande magistrado. É a paixão pelas criaturas que faz o líder."

Ordway Tead

PRÊMIO FAE DE PESQUISA ESTUDANTIL

Stefânia Taglialegna, 10 anos, 4.^a série da Escola Estadual "Pedro Leite", Paraguaçu-MG; Sérgio Luiz Alcântara de Araújo, 17 anos, 8.^a série da Escola de 1.^º e 2.^º Graus "Dr. Francisco Rosa Santos", Aracaju-SE; e Luiz Miguel Martins Garcia, 16 anos, 2.^a série da EEPSPG "Coronel Francisco Schmidt", Pereira Barreto-SP, obtiveram o primeiro lugar no Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil – 1987, cujo tema foi "Saúde: Dentro e Fora da Escola, um Direito Seu".

A Comissão Julgadora, formada por Nelly Medeiros de Carvalho, escritora, jornalista e professora do Departamento de Letras da UFPE, na qualidade de presidente; Regina Céli Nogueira, pedagoga, Chefe da Comissão de Saúde e Educação do MEC; e Sérgio Pereira, Odontólogo, Coordenador do Programa Integrado Saúde do Escolar (PISE) e do Programa de Saúde do Escolar do DF, chegou a este resultado após exaustiva análise dos cinqüenta trabalhos selecionados pelas Secretarias Estaduais de Educação. Os prêmios, em dinheiro, foram divididos em três categorias, cabendo ao trabalho apresentado por Stefânia Taglialegna (1.^a a 4.^a série) Cz\$ 4.000,00; para Sérgio Luiz Alcântara de Araújo (5.^a a 8.^a série) Cz\$ 6.000,00; e Luiz Miguel Martins Garcia (2.^º Grau) Cz\$ 10.000,00.

A importância da saúde, sobretudo na idade escolar, determinou a

escolha do tema do Prêmio FAE/1987. O Programa Saúde do Escolar, executado pela FAE desde 1984, tem caráter essencialmente educativo e preventivo, desenvolvendo na escola, ações curativas nas áreas de odontologia, oftalmologia e saúde em geral.

Em seu trabalho, a pequena Stefânia vinculou os problemas de saúde ao social, dizendo ser uma menina feliz e de sorte. "Tenho bastante saúde, porque tenho uma casa para morar, uma escola para estudar, alimentação certa, roupa, amigos, meus pais, meus irmãos que me dão carinho". Sérgio Luiz culpa as más condições financeiras pela precária situação da saúde dos escolares brasileiros, que no seu entender promove a repetência e a evasão escolar. Ele considera que a escola é o veículo ideal para mudar este quadro. Já Luiz Miguel, também não vê com bons olhos a situação da saúde no país e é de opinião que a única esperança para mudar esse quadro está na educação. Levando ao aluno um maior número de informações e desenvolvendo nele o senso crítico, este será capaz de cuidar melhor de sua saúde, melhorando-se também como cidadão. Isto irá influenciar toda sua vida.

Para 1988, o Prêmio FAE de Pesquisa Estudantil virá com o tema: "FAE também é educação". O direito à educação é garantido pela Constituição; além disso, a FAE quer saber o que mais pode ser

feito pelos escolares e como as ações já desenvolvidas chegam às escolas. O regulamento do Prêmio, assim como os

valores a ele atribuídos, começam a ser divulgados em março.



DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Entre as atividades desenvolvidas, em 1987, pelo Departamento de Pessoal da FAE, visando a valorização do servidor e da função pública, destacaram-se as de Desenvolvimento de Recursos Humanos, mediante participação dos servidores em Cursos, Seminários ou Encontros.

O quadro, a seguir, resume esta importante ação administrativa.

Ressalte-se, também, os estudos

técnicos visando ao fortalecimento da política de pessoal da FAE envolvendo técnicos de diferentes áreas, a saber:

- Elaboração de propostas do Novo Plano de Cargos e Salários;
- Curvas Salariais para correção e ajustes;
- Tabelas Salariais com correções de URP's, percentuais de produtividade e outros;
- Readequação funcional dos empregados da FAE.

QUADRO XXIII PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, 1987

BRASÍLIA	DADP/RIO	IRHJP/MG
1. TOTAL DE CURSOS REALIZADOS: 062	1. TOTAL DE CURSOS REALIZADOS: 09	1. TOTAL DE CURSOS REALIZADOS: 14
2. TOTAL DE PARTICIPANTES: 109	2. TOTAL DE PARTICIPANTES: 17	2. TOTAL DE PARTICIPANTES: 48
3. TOTAL DA CARGA HORÁRIA DOS CURSOS: 5.533	3. TOTAL DA CARGA HORÁRIA DOS CURSOS: 680	3. TOTAL DA CARGA HORÁRIA DOS CURSOS: 908
4. CUSTO TOTAL: Cz\$ 450.837,57	4. CUSTO TOTAL: Cz\$ 20.512,00	4. CUSTO TOTAL: Cz\$ 151.674,03
5. CUSTO POR ALUNO: Cz\$ 4.136,12	5. CUSTO POR ALUNO: Cz\$ 5.912,73	5. CUSTO POR ALUNO: Cz\$ 3.159,88

FONTE: DIRSUP

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA – 1987

Em 1987, o orçamento da FAE atingiu o montante de Cz\$ 18,4 bilhões, o que representa um acréscimo, em valores correntes, da ordem de 159,4% em relação ao orçamento 1986 (Cz\$ 7,092 bilhões).

O FINSOCIAL, com uma participação de 79,45% no orçamento global, destacou-se como o principal agente financiador dos programas da FAE, conforme indicado a seguir.

A receita arrecadada em 1987 correspondeu a 96,74% da receita prevista, totalizando Cz\$ 17,8 bilhões. Apesar dos ingressos terem se aproximado da previsão orçamentária, espelhando um resultado bastante satisfatório do ponto de vista técnico, não atingiu, porém, o ponto desejável em termos das necessidades dos programas executados pela FAE, uma vez que foram incluídos no sistema financeiro valores diferidos totalizando Cz\$ 4,8 bilhões.

Por outro lado, a execução orçamentária da despesa comportou-se dentro dos parâmetros da programação, atingindo o patamar de Cz\$ 13,2 bilhões, dos quais Cz\$ 1,1 bilhão inscrito em Restos a Pagar, valor inferior ao do exercício de 1986, que correspondeu a Cz\$ 1,2 bilhão.

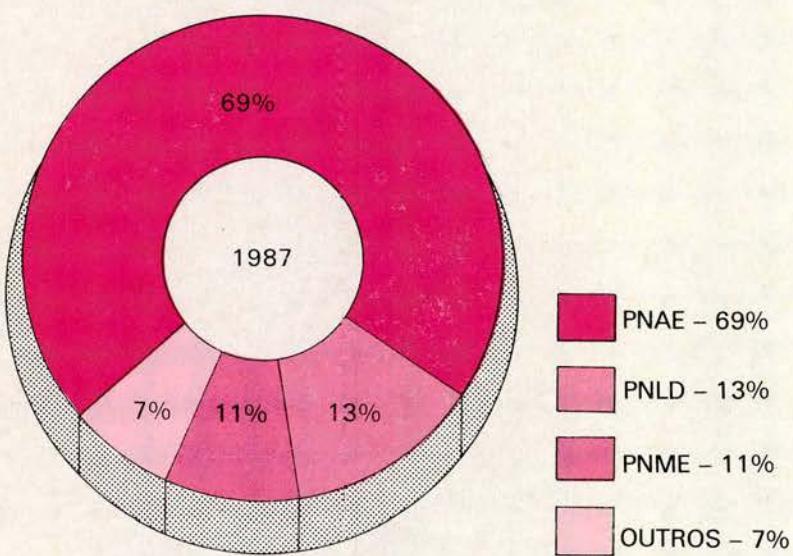
É oportuno registrar as dificuldades ocorridas na execução orçamentária, com impacto negativo sobre os diversos programas, embora minorado pela gestão eficaz dos recursos.

ORÇAMENTO FAE 1988: Em 29 de dezembro de 1987, pela Portaria nº 348, o Presidente da FAE instituiu o Orçamento para o exercício de 1988 no valor inicial global de

Cz\$ 36.037.130.000,00, assim originados:
Tesouro
Nacional: Cz\$ 2.048.106.000,00
FINSOCIAL: Cz\$ 28.632.326.000,00
Outras Transferências da União: Cz\$ 5.245.732.000,00
Recursos Diretamente Arrecadados: Cz\$ 110.966.000,00

Desses recursos, Cz\$ 23.157 bilhões destinam-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Cz\$ 4.183 bilhões ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Cz\$ 4.825 bilhões ao Programa Nacional de Material Escolar – PNME Cz\$ 525 milhões à concessão de Bolsas de Estudo e de Trabalho e Cz\$ 1.604 bilhão à Administração Geral.

ORÇAMENTO FAE



QUADRO XXIV
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR FONTE
DE RECURSOS – 1987

(Em Cz\$ 1.000)

FONTE DE RECURSOS	VALOR
000 – TESOURO	826.045
044 – TÍT. DE RESPONSAB. DO TESOURO NACIONAL	2.602.000
053 – FINSOCIAL	13.704.932
070 – RECURSOS PRÓPRIOS	352.032
083 – CONV. BANCO CENTRAL	72.071
084 – RECURSOS FNDE	10.961
085 – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO	244.789
TOTAL	17.812.830

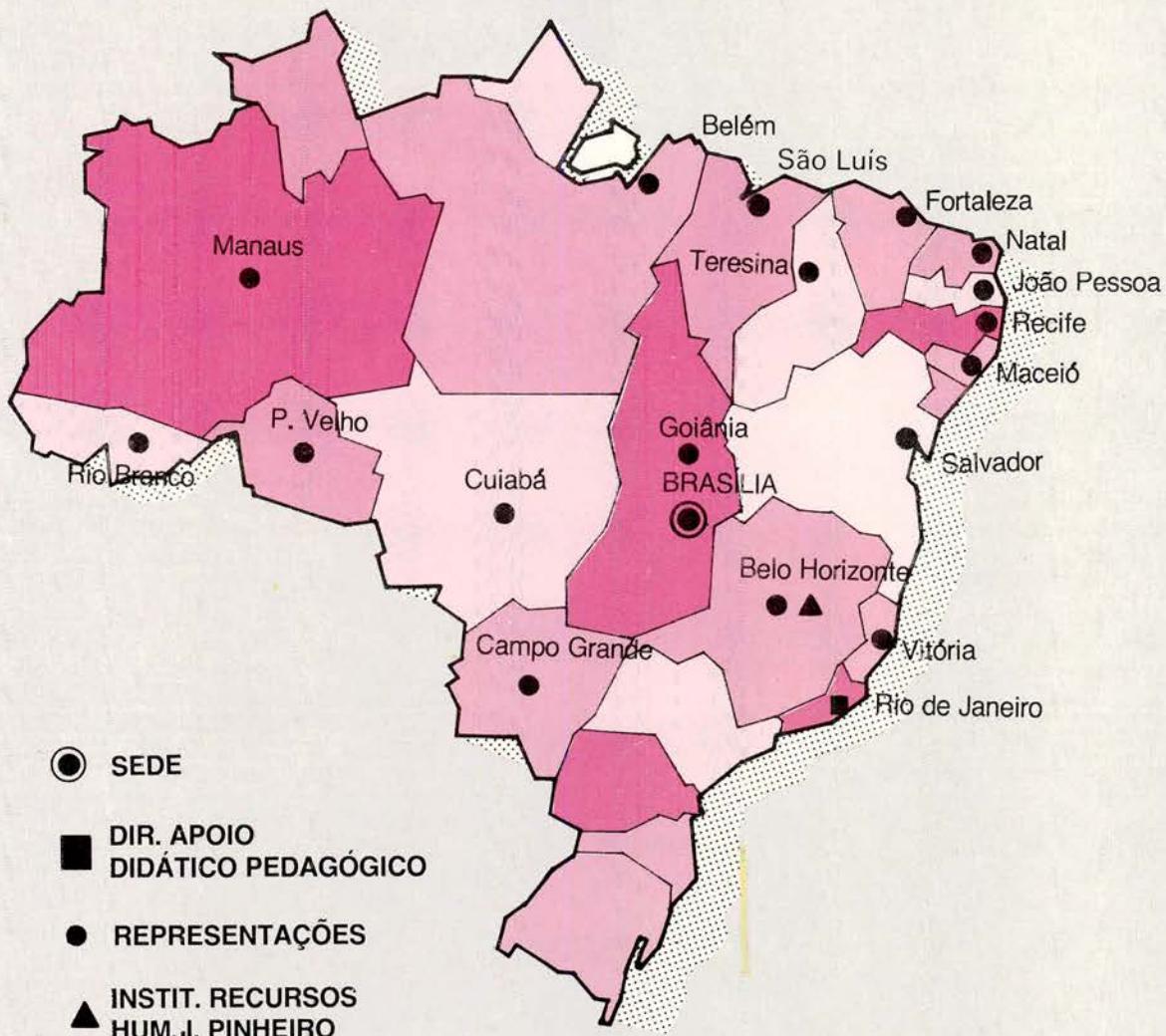
FONTE: DIPLAN



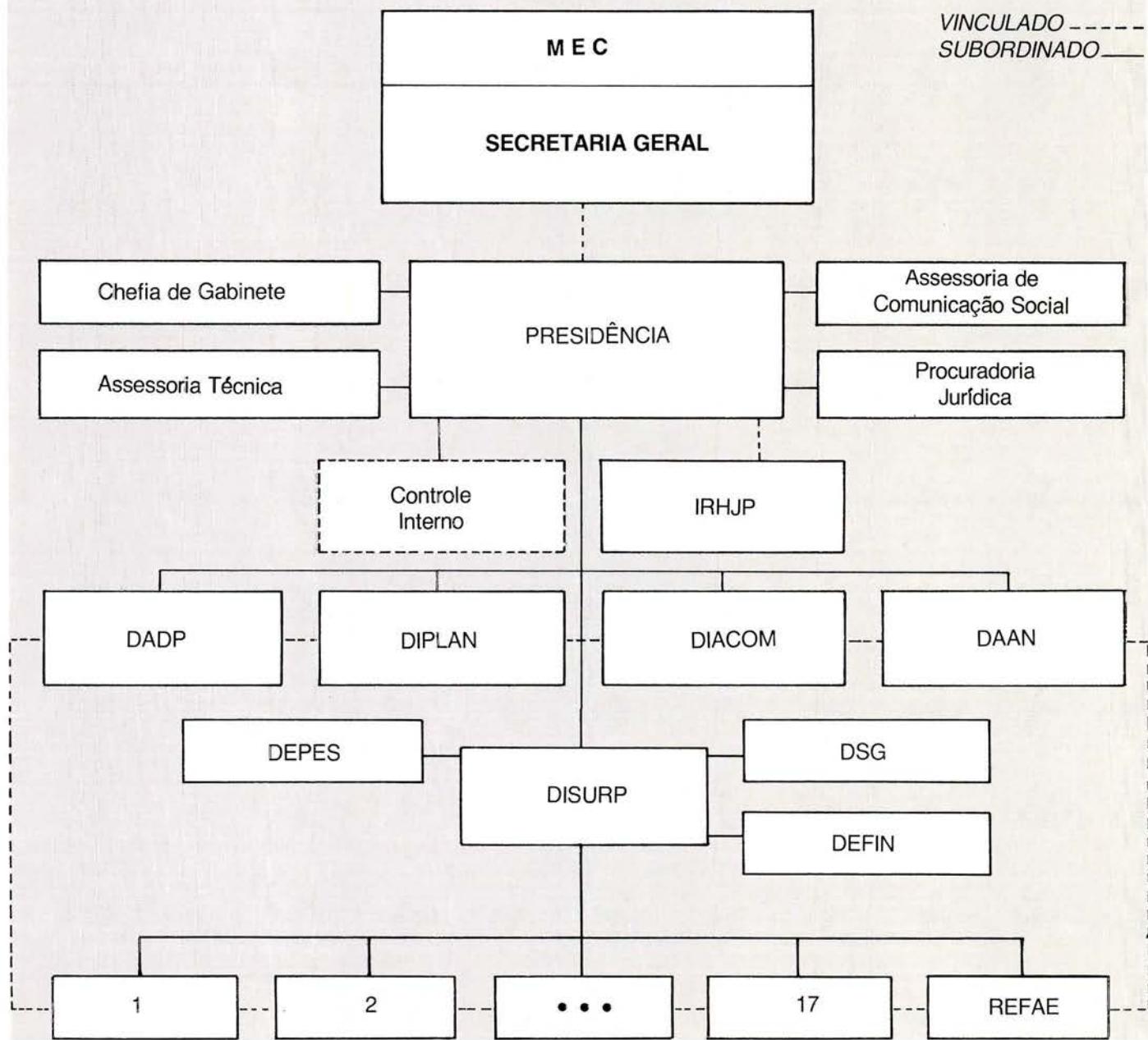
“É preciso que o homem de governo saiba sofrer com o povo e seja capaz de mergulhar verticalmente nas camadas profundas, para delas emergir, não com o sentimento esportivo de alívio, mas com as apreensões de quem encontrou a verdade e viu que a verdade é triste.”

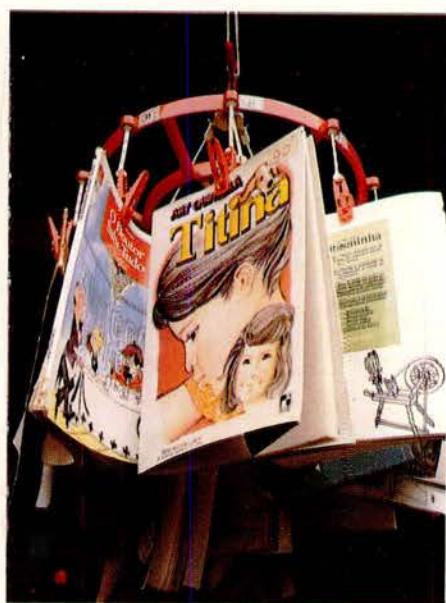
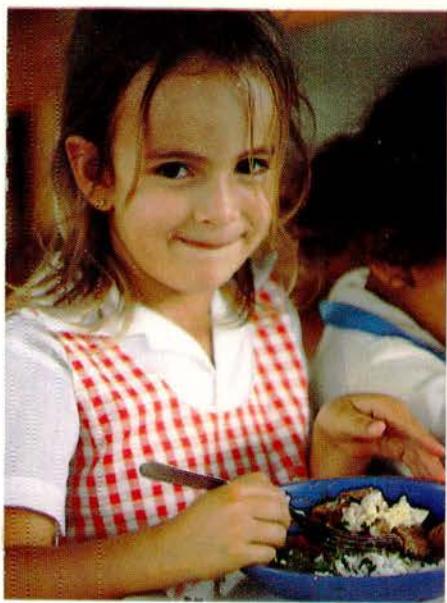
Milton Campos

FAE



ORGANOGRAMA FAE





QUADRO XXV
ENSINO REGULAR DE 1º GRAU
ALUNOS – MATRÍCULA INICIAL – ENSINO PÚBLICO

REGIÃO	ANO	MATRÍCULA INICIAL			
		1985	1986	1987	1988
Brasil		21.776.029	22.463.159	22.993.377	23.534.971
Norte		1.527.882	1.616.444	1.724.603	1.837.280
Nordeste		6.479.920	6.805.249	7.006.068	7.205.195
Sudeste		8.773.001	8.969.677	9.096.592	9.225.590
Sul		3.238.672	3.269.323	3.307.274	3.349.846
Centro-Oeste		1.756.554	1.802.466	1.858.840	1.917.060

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

NOTA: Estimativas 1986/88.

QUADRO XXVI
ENSINO REGULAR DE 1º GRAU
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS – ENSINO PÚBLICO

REGIÃO	ANO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
		1985	1986	1987	1988
Brasil		176.886	181.526	185.888	190.364
Norte		13.654	13.778	14.285	14.776
Nordeste		76.289	78.803	81.166	83.431
Sudeste		42.853	43.925	44.888	46.064
Sul		32.781	33.441	33.736	34.037
Centro-Oeste		11.309	11.578	11.813	12.056

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

NOTA: Estimativas 1986/88.

QUADRO XXVII
ENSINO REGULAR DE 1º GRAU
FUNÇÕES DOCENTES DO PESSOAL EM EXERCÍCIO
ENSINO PÚBLICO

REGIÃO	ANO	FUNÇÕES DOCENTES			
		1985	1986	1987	1988
Brasil		900.845	924.529	946.880	969.373
Norte		49.288	51.309	53.874	56.454
Nordeste		246.239	257.039	265.703	274.320
Sudeste		380.560	388.646	395.792	403.091
Sul		162.092	163.052	164.425	165.812
Centro-Oeste		62.666	64.483	67.086	69.696

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC
NOTA: Estimativas 1986/88.

QUADRO XXVIII
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
ALUNOS – MATRÍCULA INICIAL – ENSINO PÚBLICO

REGIÃO	ANO	MATRÍCULA INICIAL			
		1985	1986	1987	1988
Brasil		1.747.468	1.916.776	2.086.091	2.255.402
Norte		83.035	91.081	99.125	107.171
Nordeste		584.937	641.610	698.285	754.960
Sudeste		761.989	835.815	909.647	983.475
Sul		205.581	225.500	245.419	265.337
Centro-Oeste		111.926	122.770	133.615	144.459

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC
NOTA: Estimativas

QUADRO XXIX
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS – ENSINO PÚBLICO

REGIÃO	ANO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
		1985	1986	1987	1988
Brasil		28.422	31.786	35.151	38.515
Norte		1.178	1.317	1.456	1.595
Nordeste		11.678	13.059	14.442	15.825
Sudeste		8.838	9.885	10.931	11.976
Sul		5.253	5.876	6.498	7.120
Centro-Oeste		1.475	1.649	1.824	1.999

FONTE: MEC/SF/SEPLAN/SEEC
NOTA: Estimativas

QUADRO XXX
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES – ENSINO PÚBLICO

REGIÃO	ANO	FUNÇÕES DOCENTES			
		1985	1986	1987	1988
Brasil		66.701	73.178	79.655	86.133
Norte		3.143	3.449	3.754	4.060
Nordeste		22.673	24.874	27.077	29.278
Sudeste		28.827	31.628	34.425	37.226
Sul		8.885	9.748	10.611	11.473
Centro-Oeste		3.173	3.481	3.788	4.096

FONTE: MEC/SF/SEPLAN/SEEC
NOTA: Estimativas

MEC/FAE

SEDE – BRASÍLIA

SCN – Quadra 02 – Projeção C
PABX (061) 212-4142 – Telex (061) 2119
Brasília – DF – CEP: 70.710

Presidência

Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Presidente
Fones: (061) 223-9329 – 223-6192 – 212-4164

Superintendência

José Carlos Dias de Freitas
Diretor-Superintendente
Fone: (061) 223-9323

Chefia de Gabinete

Severino Elias Sobrinho
Chefe de Gabinete
Fone: (061) 223-7863

Assessoria de Comunicação Social

Carlos Otávio Schramm
Assessor
Fone (061) 223-2426

Procuradoria Jurídica

José Carlos Peixoto Guimarães
Procurador
Fones: (061) 274-7077 – 212-4161

Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional

Paulo Roberto da Costa Miranda
Diretor
Fone: (061) 225-6603

Diretoria de Apoio Complementar

Djalma de Amorim
Diretor
Fone: (061) 226-2762

Diretoria de Apoio Didático Pedagógico

Affonso Eduardo Castilho de Figueiredo
Diretor
Fone: (021) 261-7750

Diretoria de Planejamento

Paulo de Tarso Bernardes de Assis
Diretor
Fone: (061) 223-7900

Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro
Ramón Villar Paisal

Diretor
Fone: (031) 332-6044

Departamento Financeiro
Edivaldo Cardoso de Paiva
Chefe
Fone: (061) 226-0442

Departamento de Pessoal
Maria de Nazaré Ramos Vieira
Chefe
Fone: (061) 226-7263

Departamento de Serviços Gerais
Luiz Augusto Lucinda
Chefe
Fone: (061) 225-8622

REPRESENTAÇÕES

Representação da FAE no Estado do Acre
Av. Floriano Peixoto, 715 – Centro
69.900 – Rio Branco – AC
Fone: (068) 224-4942 – 224-3048

Representação da FAE no Estado de Alagoas
Av. Fernandes Lima, 49
Bairro Farol
57.000 – Maceió – AL

Representação da FAE no Estado do Amazonas
Rua Ramos Ferreira, 1.590
69.000 – Manaus – AM
Fone: (092) 232-1926 – 232-1689

Representação da FAE no Estado da Bahia
Vale do Ogunjá, s/n.^o –
Ligaçāo do Engenho Velho de Brotas
40.000 – Salvador – BA
Fone: (071) 233-5260 – 233-3383

Representação da FAE no Estado do Ceará
Av. Olavo Bilac, 1.300
60.000 – Fortaleza – CE
Fone: (085) 223-6300

Representação da FAE no Estado do Espírito Santo
Rua Thiers Veloso, 112
29.000 – Vitória – ES
Fone: (027) 223-3790 – 223-6373

Representação da FAE no Estado de Goiás
5.^a Avenida, 1.010 – Esquina com a 10.^a Avenida
Bairro Vila Nova
74.000 – Goiânia – GO
Fone: (062) 261-6533

Representação da FAE no Estado de Mato Grosso
Av. Tenente Coronel Duarte, 565 – 2.^o andar
78.000 – Cuiabá – MT
Fone: (065) 321-6818

Repres. da FAE no Estado de Mato Grosso do Sul
Travessa José Bacha, 120
79.100 – Campo Grande – MS
Fone: (067) 383-2066 – 383-2317

Representação da FAE no Estado do Maranhão
Av. Castelo Branco, 559 – Ed. Tókio
Bairro São Francisco
65.000 – São Luís – MA
Fone: (098) 235-1634 – 235-1584

Representação da FAE no Estado de Minas Gerais
Av. Amazonas, 5.855
Bairro Gameleira

30.000 – Belo Horizonte – MG
Fone: (031) 332-9111

Representação da FAE no Estado do Pará
Travessa Dom Romualdo de Seixas, 820 –
2.^o Bloco – Umarizal
66.000 – Belém – PA
Fone: (091) 222-1121

Representação da FAE no Estado da Paraíba
Rua Mattéo Záccara, 55 – Bairro Jaguaribe
58.010 – João Pessoa – PB
Fone: (083) 241-1516

Representação da FAE no Estado de Pernambuco
Rua do Hospício, 619 – Bloco C – 1.^o andar
Bairro da Boa Vista
50.000 – Recife – PE
Fone: (081) 221-1485 – 339-2864 – 221-3643

Representação da FAE no Estado do Piauí
Rua Areolino de Abreu, 1.405
64.000 – Teresina – PI
Fone: (086) 222-0354

Repres. da FAE no Estado do Rio Grande do Norte
Av. Nascimento de Castro, 1.540 –
Bairro Dix – Sept Rosado
59.000 – Natal – RN
Fone: (084) 223.5734

Representação da FAE no Estado de Rondônia
Travessa Guaporé, n.^o 01
Ed. Rio Madeira – Salas 421, 422 – 4.^o andar
79.900 – Porto Velho – RO
Fone: (069) 221-9596

FOTOS:

CAPA: DIMAR

INTERIOR: Rui Faquini e Carlos Terrana

CRIAÇÃO E PRODUÇÃO:

Assessoria de Comunicação Social da FAE – ASCOM – DIPLAN

IMPRESSÃO:

Gráfica Ipiranga

AGRADECIMENTOS:

Escola da Granja do Ipê

